



RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTA DE GERÊNCIA 2025

Índice

1.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
	APRESENTAÇÃO	4
	Estrutura organizacional	5
	Enquadramento e Atribuições	6
2.	SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	7
	2.1 Atendimento e Inspeção	7
	2.2 Ação Social	11
	2.3 Departamento de Gestão de Recursos	14
	2.4 Departamento de Prestações e Contribuições	17
	Beneficiários e montantes atribuídos de COMPAMID.	18
	2.5 Processo Executivo.....	21
	2.6 Gestão Financeira, Orçamento e Conta	22
3.	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	25
	3.1.1 Ativo	25
	3.1.2 Património Líquido e Passivo	26
	3.2 Demonstração de Resultados	27
	3.2.1 Rendimentos.....	27
	3.2.2 Gastos	28
	3.3 Indicadores Económico-Financeiros	30
	3.4. Indicadores Orçamentais	30
4.	ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	31
	4.1 – Receita	31
	4.2 – Despesa por Classificação Económica	33
	4.2.1 Despesas com pessoal	33
	4.2.2 Aquisição de bens e serviços.....	33
	4.3.3 Juros e outros encargos	34
	4.3.4 Transferências correntes	34
	4.3.5 Subsídios	36
	4.3.6 Outras despesas correntes.....	36
	4.3.7 Aquisição de bens de capital.....	37
	4.3.8 Transferências de Capital.....	37

4.3.9 Ativos Financeiros	37
4.4 Despesa por Subsistemas.....	37
4.4.1 Ação Social	38
4.4.2 Solidariedade	40
4.4.3 Proteção Familiar	41
4.4.4 Previdencial.....	42
4.4.5 Administração	43
4.4.6 ORAA – Orçamento Região Autónoma Açores.....	44
5. CONCLUSÃO	45
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	46
7. PARECER FISCAL ÚNICO	46
8. SUBVENÇÕES PÚBLICAS (ORAA)	46
9. PUBLICAÇÕES	46

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Mensagem do Conselho Diretivo

É com elevado sentido de responsabilidade pública que se apresenta o Relatório e Contas de 2025 do Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA). O presente documento evidencia os resultados alcançados no âmbito da missão do Instituto e na sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social, em conformidade com os princípios de rigor, transparência e boa gestão pública.

O exercício de 2025 caracterizou-se por desafios relevantes, decorrentes do contexto socioeconómico e das exigências permanentes associadas às respostas sociais. Ainda assim, o ISSA prosseguiu o seu percurso de consolidação, reforçando as medidas de apoio às famílias e grupos mais vulneráveis e promovendo o bem-estar da população açoriana.

Entre os principais destaques do ano, salientamos:

- ✓ Atribuição das prestações sociais e do apoio às famílias;
- ✓ A modernização dos serviços digitais, através da consolidação de sistemas integrados no sentido de facilitar o acesso e a tramitação dos serviços, permitindo um atendimento mais acessível e ágil para os cidadãos;
- ✓ O fortalecimento das parcerias, garantindo uma maior proximidade e eficácia na resposta social;
- ✓ A gestão responsável, assegurando a solidez e transparência na aplicação dos recursos públicos;
- ✓ O reforço da confiança dos cidadãos e das instituições no ISSA, IPRA, enquanto órgão regulador e executor da segurança social.

Persistem desafios significativos no quadro da ação social e da gestão pública, pelo que o compromisso do ISSA se mantém firme no sentido de garantir a prestação de serviços com qualidade, equidade e responsabilidade, consolidando a Segurança Social como um pilar essencial de proteção e desenvolvimento social.

O ISSA expressa o seu reconhecimento a todos os colaboradores pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções e agradece igualmente a cooperação das entidades parceiras, cuja participação é fundamental para a prossecução das políticas sociais na Região Autónoma dos Açores. Esta atuação conjunta permite construir um sistema de Segurança Social mais robusto, justo e capaz de responder às necessidades presentes e futuras dos Açorianos.

Com estima e confiança no futuro,

O Conselho Diretivo,

APRESENTAÇÃO

O Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituto Público da Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designado por ISSA, IPRA, foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2013/A, de 3 de outubro, e regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2014/A, de 24 de janeiro. É um Instituto Público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

VISÃO: Garantir a proteção social dos cidadãos.

MISSÃO: Assegurar, na Região Autónoma dos Açores, a gestão dos regimes de segurança social, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações nos domínios das contribuições e prestações sociais, visando garantir o acesso a todos os cidadãos. Promover a coesão sociofamiliar, o desenvolvimento pessoal, social e local e a proteção dos grupos mais vulneráveis, contribuindo para a prevenção e luta contra a pobreza e exclusão social nos Açores.

O ISSA, IPRA é dotado com instrumentos e meios que lhe possibilitam uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema de Segurança Social.

Órgão de Gestão

No decurso do ano de 2025 o Conselho Diretivo do ISSA, IPRA foi constituído pelos seguintes membros:

Presidente

Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-Presidência do Governo Regional n.º 2477/2021, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 212, de 25 de outubro. Cessou funções no dia 31 de janeiro de 2025, conforme Extrato n.º 6398/2025, publicado a 23.01.2025, na Bolsa de Emprego Público Açores.

Eduardo Manuel Gomes Nicolau, nomeado por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social n.º 1129-A/2025, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 98, de 22 de maio, com efeitos a partir de 1 de junho de 2025.

Vice-Presidente

Patrícia Borges Soares, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-Presidência do Governo Regional n.º 1542/2022 e respetiva Declaração de Retificação n.º 46/2022, publicados no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 145 e n.º 148, de 29 de julho e de 3 de agosto de 2022, respetivamente. Cessou funções no dia 31 de janeiro de 2025, por Despacho da Presidência do Governo Regional

e da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social n.º 1129-A/2025, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 98, de 22 de maio.

Cláudia Picanço da Cunha Oliveira, nomeado por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social n.º 1129-A/2025, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 98, de 22 de maio, com efeitos a partir de 1 de junho de 2025.

Vogal

Tânia Duarte de Almeida Moreira da Fonseca, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Vice-Presidência do Governo Regional n.º 813-L/2022, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 88, de 6 de maio de 2022.

Durante o ano de 2025 o Conselho Diretivo reuniu semanalmente de acordo com as suas competências.

Aos membros do Conselho Diretivo estão afetas as diversas áreas de acordo com a Deliberação n.º 13/2025 de 23 de junho.

A presidente do conselho diretivo coordenou a área de atuação dos departamentos e serviços com competência em matéria de prestações e contribuições, de atendimento e inspeção, e de processo executivo.

A vogal do conselho diretivo coordenou a área de atuação do departamento com competência em matéria de ação social.

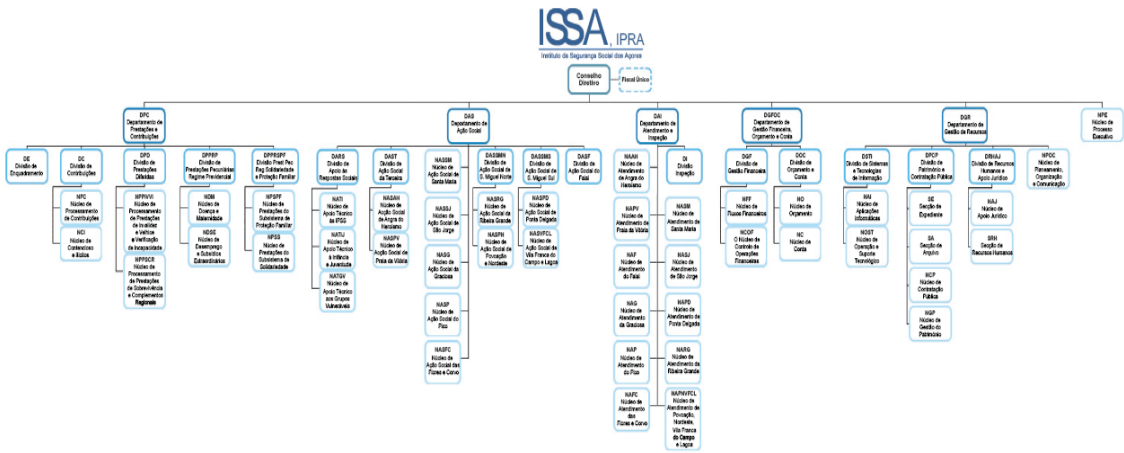
A vice-presidente do conselho diretivo coordenou a área de atuação dos departamentos com competência em matéria de gestão de recursos e de gestão financeira, orçamento e conta.

Órgão de Fiscalização

O Estatuto Orgânico do ISSA, IPRA, estabelece o Fiscal Único como órgão do instituto, tendo sido nomeado, através do Despacho n.º 1738/2023, de 6 de outubro, a “Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.”, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade, n.º 5, 2.º Centro, em Ponta Delgada, com o número de identificação fiscal 512093350, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o registo n.º 199, representada pelo sócio Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520, com duração de três anos, podendo ser renovado por igual período.

Estrutura organizacional

À data de 31.12.2025, o organograma do ISSA, IPRA, apresentava a seguinte estrutura:



Recursos Humanos

O nº total de trabalhadores efetivos ao serviço a 31.12.2025, foi de 600, mais 3,3% do que o ano anterior, repartido pelas seguintes categorias profissionais:

N.º total de trabalhadores efetivos ao serviço - categorias profissionais

	Pessoal Dirigente Superior	Pessoal Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Pessoal de Inspeção	Informático	Docente	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outro	Total
Nomeação definitiva				26						26
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado			178		17	3	326	18	8	550
Comissão de serviço	3	21								24
Total	3	21	178	26	17	3	326	18	8	600

Grupos Profissionais - Comparativo

Grupos Profissionais	Efetivos a 31/12/2025	Efetivos a 31/12/2024	Variação % 2025/2024
Pessoal Dirigente	24	24	0,0%
Técnicos Superiores	207	199	4,0%
Assistente Técnico	326	315	3,5%
Assistente Operacional	18	17	5,9%
Outros	25	26	-3,8%
Total	600	581	3,3%

Enquadramento e Atribuições

A atividade do ISSA, IPRA é exercida, a nível regional, sob a tutela da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

Organizado numa estrutura central, dispõe de serviços desconcentrados e desenvolve atuações específicas nas diversas áreas, sendo responsável por:

- Gerir os regimes de segurança social que por lei, ou regulamento, sejam cometidos às instituições de segurança social na Região Autónoma dos Açores;
- Estudar e propor medidas, visando a permanente adequação dos regimes;
- Colaborar na definição e adequação da política financeira da segurança social;
- Participar na elaboração do plano global da segurança social;
- Preparar o orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares, e assegurar, coordenar e controlar a respetiva execução;
- Elaborar a conta da segurança social da Região Autónoma dos Açores, a submeter à aprovação dos órgãos competentes;
- Colaborar na definição dos procedimentos contabilísticos a adotar no sistema da segurança social;
- Assegurar o desenvolvimento de ações de natureza preventiva, terapêutica e promocional, numa perspetiva integrada e tendencialmente personalizada para a consecução dos objetivos da ação social;

- i) Promover a mobilização de recursos da própria comunidade na prossecução das ações a que se refere a alínea anterior;
- j) Colaborar no estudo de medidas de política e intervenção social;
- k) Celebrar acordos, contratos ou protocolos de cooperação;
- l) Fiscalizar os serviços e equipamentos de apoio social, incluindo os de fins lucrativos;
- m) Garantir o cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes do sistema de segurança social da Região;
- n) Assegurar, nos termos da lei, assessoria técnica aos tribunais em matéria de promoção e proteção de crianças e jovens em risco e tutelar cível;
- o) Exercer os poderes sancionatórios, no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social, relativos a beneficiários e contribuintes, nos termos legais;
- p) Proceder à recolha, tratamento e elaboração de dados estatísticos de interesse específico para a ação da segurança social;
- q) Colaborar na verificação, acompanhamento, avaliação e informação, nos domínios orçamental, económico e patrimonial, da atividade dos organismos e serviços que integram o sistema de segurança social regional, no âmbito do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;
- r) Assegurar a gestão e administração dos bens e direitos de que seja titular, e que constituem o património da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- s) Promover, no âmbito da segurança social da Região Autónoma dos Açores, estudos e avaliações do património;
- t) Otimizar a gestão dos recursos financeiros da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- u) Receber as contribuições e quotizações, assegurando e controlando a sua arrecadação, bem como dos demais recursos financeiros consignados no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- v) Assegurar o abastecimento financeiro dos organismos e serviços com suporte no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- w) Assegurar a rendibilização de excedentes de tesouraria, nomeadamente mediante o recurso a instrumentos disponíveis no mercado;
- x) Participar, na forma prevista na lei, nas ações de proteção civil;
- y) Exercer as demais atribuições previstas na lei.

2. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 Atendimento e Inspeção

O Departamento de Atendimento e Inspeção é constituído por Núcleos de Atendimento e pela Divisão de Inspeção.

ATENDIMENTO

A rede de atendimento do ISSA, IPRA é constituída por 77 locais de atendimento, que se encontram compartimentados em 11 núcleos de atendimento e 66 polos de atendimento. À presente data, encontram-se em funcionamento 34 locais de atendimento.

O trabalho desenvolvido nos Núcleos de Atendimento consubstancia-se nas atividades de front office exercidas no atendimento presencial (de acordo com a respetiva área geográfica de competência), atendimento telefónico (call center e call back), atendimento por marcação e atendimento por videochamada.

No ano de 2025, foram efetuados, na Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designada de RAA, um total de 315.985 atendimentos presenciais, e tratados 327.346 assuntos, distribuídos por ilha, conforme quadro que se segue:

Atendimento Presencial por Ilha no ano de 2025		
Ilhas	Nº de atendimentos	Nº de assuntos
S. Miguel	172.833	175.889
Terceira	70.436	77.153
Pico	19.613	20.391
Faial	18.410	18.688
S. Jorge	17.801	18.070
Santa Maria	6.900	7.148
Graciosa	5.077	5.087
Flores	3.864	3.858
Corvo	1061	1062
TOTAL	315.985	327.346

Do quadro apresentado conclui-se que 54,70% dos atendimentos presenciais foram efetuados na ilha de S. Miguel, e 22,29% na ilha Terceira, sendo que os restantes 23,01% dos atendimentos presenciais encontram-se distribuídos pelas restantes 7 ilhas.

No que concerne ao funcionamento do atendimento telefónico com o serviço de call center, verificou-se o aumento da resposta dada ao utente, e permitiu efetuar a gestão do atendimento telefónico, afetando colaboradores do atendimento ao call back, ou seja, o utente, ao ser atendido pela operadora – telefonista deixa o seu contato, sendo no próprio dia, ou início do dia seguinte, contactado pelas operadoras - call center, com competências na área de negócio.

No ano de 2025, foram atendidas e tratadas, em call center, 22.756 chamadas e retornadas, em sede de call back, 9.586 chamadas.

Dois dos indicadores do trabalho desenvolvido no atendimento, são o tempo médio de espera e o tempo máximo de espera, tendo-se registado, no ano de 2025, respetivamente, os valores de 00:04:34 minutos e 00:29:47 minutos.

No que concerne às reclamações, da responsabilidade dos serviços de atendimento, foram apresentadas, durante o ano de 2025, 7 reclamações, tendo as mesmas sido respondidas num tempo médio de 3,71 dias.

No âmbito do atendimento, tem sido desenvolvido um notável esforço para dotar os atendedores de meios e ferramentas de trabalho que facilitem e sistematizem a informação, de forma a melhorar a qualidade no atendimento prestado, acompanhando as diversas alterações legislativas e procedimentais, desburocratizando e simplificando circuitos de documentação e/ou informação.

Paralelamente, no ano de 2025, verificou-se a consolidação do processo de mudança e transformação digital dos serviços da Segurança Social, a nível nacional, através da implementação do Programa “Primeiro Pessoas” que pretende promover a desmaterialização de processos, a expansão dos serviços digitais, a simplificação dos meios de pagamento e o reforço da segurança e acessibilidade das plataformas tecnológicas

O Programa “Primeiro Pessoas” representa um marco significativo na modernização da Segurança Social, reforçando a eficiência, acessibilidade e qualidade do serviço prestado aos cidadãos, após a alteração do paradigma de relacionamento do cidadão/cliente com a Segurança Social projeto Visão 360 – ano 2024), promoveu a criação de um portal unificado para simplificar o acesso e melhorar a experiência dos utilizadores, introduzindo novos serviços digitais, incluindo declarações online, novos meios de pagamento como IBAN virtual, MB Way e app da Segurança Social e biometria para prova de vida e processos do NISS.

De forma subsidiária, a organização e prestação dos serviços foram orientadas por princípios alinhados com o Programa Primeiro Pessoas, privilegiando a valorização do capital humano como fator crítico de desempenho organizacional. Neste enquadramento, procurou-se assegurar a adequação dos recursos internos aos objetivos estratégicos, promovendo a eficiência operacional e a produtividade, sem prejuízo do bem-estar, capacitação e motivação dos trabalhadores.

Paralelamente, contribuiu-se para a consolidação de uma imagem homogénea e coerente dos serviços ao nível do ISSA, IPRA, assente em práticas organizacionais comuns e orientadas para a qualidade.

Foi igualmente reforçado o compromisso com um nível de informação e atendimento aos cidadãos e às empresas qualitativamente elevado, fomentando a proximidade, a acessibilidade e a humanização do serviço público, em linha com uma administração centrada nas pessoas.

Por fim, promoveu-se a melhoria contínua da qualidade, através da adoção de políticas seletivas e discricionárias, orientadas para resultados, aprendizagem e valorização dos contributos individuais e coletivos.

INSPEÇÃO

Compete à Divisão de Inspeção, de acordo com o conteúdo funcional das carreiras de inspeção, previsto em legislação própria, exercer a ação fiscalizadora quanto ao

cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes do sistema de segurança social da Região, e dos serviços e equipamentos de apoio social, incluindo os com fins lucrativos, e exercer, nos termos legais, os poderes sancionatórios, no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social.

O ISSA, IPRA a 31 de dezembro de 2025, tem 23 inspetores nos seus quadros de pessoal em exercício efetivo de funções, de acordo as competências definidas na Lei e com a categoria profissional que detêm (inspetor superior/inspetor adjunto), e em todas as áreas de intervenção, sendo que, na área de equipamentos sociais, os processos são tratados exclusivamente por inspetores superiores.

A intervenção da inspeção divide-se em processos a contribuinte, a beneficiários e a equipamentos sociais, e decorre da apresentação de denúncias, pedidos de averiguação efetuados pelos serviços e/ou ações programadas de inspeção.

No ano de 2025 foram concluídos 1374 processos, sendo 665 relativos a beneficiários e 689 a contribuintes e 20 a equipamentos sociais.

Foram apuradas taxas contributivas no valor de 1.387.218,37€ (um milhão, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e dezoito euros e trinta e sete cêntimos). Destas comprovou-se o pagamento no decurso do processo de 8.834,75 € (oito mil, oitocentos e trinta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos) o que corresponde a cerca de 0.64% das taxas contributivas apuradas. De igual modo foram apurados montantes de “falsas contribuições” no valor de 192.773,06€ (cento e noventa e dois mil, setecentos e setenta e três euros e seis cêntimos).

No que concerne às averiguações a beneficiários de prestações sociais, as mesmas incidiram fundamentalmente sobre beneficiários de rendimento social de inserção, com 50% dos processos, seguindo-se processos titulares de encargos familiares, com 28% dos processos e 11% a beneficiários de subsídio de doença.

Dos processos de fiscalização a beneficiários de prestações sociais, verificou-se que 60% foram concluídos como irregulares. Analisando por tipo de prestação, verificamos que o maior número de irregularidades detetadas foram nos processos de averiguação no âmbito de beneficiários de subsídio de doença (69.9%), seguindo-se os processos de averiguação no âmbito de encargos familiares, 61.4% concluídos como irregulares, 61.1% dos processos de beneficiários de desemprego e 57.6% dos processos a beneficiários de RSI.

No ano de 2025 foram concluídos 20 processos de averiguações a entidades lucrativas e não lucrativas que desenvolvem atividade no âmbito de equipamentos sociais, sendo 19 processos relativos a funcionamento e 1 a auditoria financeira. A maioria dos processos decorreu a entidades não lucrativas – 18 processos.

O trabalho inspetivo desenvolvido ao longo de 2025 revelou-se determinante para o reforço da legalidade, da transparência e da confiança nos serviços, assumindo-se como um instrumento essencial de melhoria contínua da atuação institucional. A ação inspetiva pautou-se por uma abordagem equilibrada entre a vertente preventiva e a vertente

corretiva, privilegiando o acompanhamento, o esclarecimento e a promoção do cumprimento voluntário das normas, sem prejuízo da firmeza necessária na reposição da legalidade sempre que tal se mostrou indispensável.

Apesar dos constrangimentos existentes, nomeadamente ao nível dos recursos disponíveis, foi possível assegurar uma resposta eficaz às prioridades definidas, contribuindo para a deteção de situações de risco, a correção de práticas desconformes e o fortalecimento da cultura de legalidade e qualidade nos serviços.

Em síntese, o desempenho inspetivo em 2025 traduziu-se num contributo relevante para a prossecução dos objetivos estratégicos da instituição, reforçando uma atuação orientada para as pessoas, para os resultados e para a melhoria sustentada do serviço público.

2.2 Ação Social

O Departamento de Ação Social assume um papel ativo no cumprimento das suas atribuições, e com a extensa rede de instituições parceiras: Santas Casas de Misericórdia, Casas do Povo e IPSS, bem como instituições e serviços públicos como escolas, tribunais e direções regionais. Visa a prestação de um serviço de proximidade, focado no respeito e na integridade dos beneficiários, na avaliação, gestão e manutenção de estratégias que permitam ir ao encontro das necessidades dos cidadãos que se dirigem a este Serviço.

Das diferentes ações levadas a cabo por este departamento, em áreas tão amplas que vão desde a intervenção com crianças e jovens, aos públicos vulneráveis, e ao atendimento social, destacamos no ano de 2025:

Visitas de Acompanhamento às IPSS

No âmbito das competências do Núcleo de Apoio Técnico às IPSS, foram realizadas 73 visitas e/ou reuniões às IPSS e Misericórdias com contrato de cooperação valor cliente com este Instituto, de um total de 234 entidades na Região Autónoma dos Açores. Os encontros tiveram como objetivo esclarecer eventuais dúvidas e informar quais as competências do NATI, no que concerne ao acompanhamento efetuado por este Núcleo, bem como a manutenção de canais de comunicação abertos e próximos às Instituições.

Ações de Literacia Financeira destinada a público jovem, beneficiários de Ação Social, RSI e outros

A UATE - Unidade de Aconselhamento Técnico a Cidadãos em Situação de Endividamento é uma medida criada pelo Governo dos Açores e operacionalizada pelo Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA), que se destina a atender cidadãos e/ou agregados familiares em situação de endividamento/sobre-endividamento, em risco de grave carência socioeconómica.

Esta unidade surge como estratégia dotada para responder, de forma diferenciada e

especializada, a indivíduos/famílias que recorrem aos Serviços do ISSA,IPRA apresentando problemáticas do foro financeiro, diretamente ligadas ao endividamento e sobre-endividamento, e às quais os programas regulares de apoio do Instituto, por si só, não conseguem responder.

Nesta sequência, a UATE apresenta uma estrutura multidisciplinar com técnicos da área social, técnicos da área financeira, com experiência na área da banca, e da área jurídica de forma a aliar o apoio psicossocial direto ou através de outros serviços do ISSA-IPRA, com o aconselhamento financeiro.

Em 2025, houve uma expansão significativa da atividade formativa em 2025 a nível Açores, com 32 ações realizadas e 584 participantes abrangidos, distribuídos pelos três polos da UATE:

Ilhas	Nº de Participantes	Nº Ações
Polo Terceira	45	6
Polo Faial	49	4
Polo S. Miguel	490	22
TOTAL	584	32

Plano Regional para a Inclusão Social e Cidadania (PRISC) 2025-2028

No âmbito da proposta de I PRIPSSA, no ano de 2025, o ISSA, IPRA colaborou nas ações técnicas de construção técnica do I PRIPSSA, tendo por base o Estudo e Plano de Ação Sobre os Sem Abrigo na Região Autónoma dos Açores (Estudo diagnóstico promovido pelo GRA, através deste Instituto e executado pela Norma Açores, entidade externa).

Após adaptação e reformulação à proposta técnica, elaborou-se uma primeira versão de Plano, remetendo, em abril de 2005 a todos os departamentos governamentais envolvidos, para pronuncia e contributos. Este documento foi ainda remetido às IPSS com intervenção exclusiva na matéria, em particular às com intervenção no contexto com maior expressão do fenómeno, na Ilha de São Miguel. Os contributos e pareceres foram incluídos na proposta de I PRIPSSA.

Em julho de 2025, procedeu-se à apresentação pública da Proposta, e entre 4 de agosto de 2025 e 4 de setembro de 2025 decorreu processo de consulta pública. O ISSA, IPRA. colaborou na análise técnica e contínua melhoria da proposta de I Plano, resultando em versão final para ida a Conselho de Governo em 2026.

Alargamento da Plataforma Regional das Pessoas em situação de Sem Abrigo

No âmbito da intervenção junto das pessoas em situação de sem abrigo (PSSA), a Equipa de Apoio à Pessoa em Grave Risco de Exclusão, da ilha de São Miguel, elaborou, em colaboração com as instituições que fazem parte da Rede de Apoio à Mobilidade Humana, uma plataforma comum a todas as entidades com intervenção direta na área

dos sem abrigo (base de dados e de gestão processual), quer para a sinalização, quer para a monitorização de pessoas em situação de exclusão social.

A elaboração e implementação da referida plataforma está contemplada como necessidade, e a medida está prevista na construção do I Plano Regional para a Inclusão da Pessoa em Situação de Sem Abrigo (PRIPSSA) 2026-2030 (que se encontra em trâmite para aprovação em Conselho de Governo), mais especificamente do eixo estratégico n.º 1. Este plano tem a missão de mobilizar as entidades públicas e privadas, a comunidade em geral e a pessoa em situação de sem abrigo, para uma intervenção concertada, com medidas diferenciadas e flexíveis, que se assumam como uma efetiva rede de apoio na emergência, transição, acompanhamento e inclusão dos públicos em extrema vulnerabilidade social.

Até ao final de 2025, a plataforma ficou acessível nas nove ilhas, a todos os colaboradores do ISSA, IPRA com intervenção direta na área das PSSA.

Acolhimento Familiar

A Medida de Acolhimento Familiar constitui uma medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, prevista na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. É aplicada pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou pelos Tribunais, e consiste na colocação temporária de uma criança ou jovem em situação de perigo num ambiente familiar seguro, afetivo e estável, proporcionado por uma pessoa singular ou por uma família habilitada para o efeito, garantindo o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral.

Em 2025, o Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA) colaborou na adaptação, à Região Autónoma dos Açores, do Regime de Execução do Acolhimento Familiar previsto no Decreto Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro, culminando na publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2025/A, de 25 de julho. Nesse mesmo ano, foi igualmente elaborada a proposta de Portaria que estabelece os termos, condições e procedimentos de candidatura, seleção, formação e avaliação das famílias de acolhimento, dando origem à Portaria n.º 109/2025, de 3 de outubro.

No dia 17 de dezembro de 2025, a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, através do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, promoveu a apresentação pública da campanha “Acolher é Proteger: O Acolhimento Familiar nos Açores”. Esta iniciativa teve como objetivo apresentar à comunidade a medida de acolhimento familiar, reforçando o compromisso de garantir às crianças e jovens um ambiente familiar seguro e afetivo, contando com a presença de mais de 100 profissionais e pessoas singulares.

Deste modo, deu-se o primeiro passo para a sua divulgação junto da sociedade, através da produção e disseminação de materiais informativos e publicitários difundidos nas redes sociais, na comunicação social e noutros meios de divulgação.

2.3 Departamento de Gestão de Recursos

Ao Departamento de Gestão de Recursos compete a gestão documental, patrimonial, dos recursos humanos e apoio em matéria jurídica, instrução dos procedimentos de contratação pública e manutenção dos sistemas e equipamentos informáticos.

Apoio Jurídico:

Elaboração de propostas legislativas e colaboração na sua redação e emissão de pareceres sobre propostas legislativas; Elaboração de propostas de despachos e deliberações de delegações de competência; Preparação e envio de atos para publicação em Jornal Oficial; Verificação da conformidade dos estatutos e das eleições das Instituições Particulares de Solidariedade social e equiparadas com o Estatuto das IPSS; Prestação de apoio jurídico no âmbito das atribuições do ISSA, IPRA, nomeadamente através de estudos, pareceres e informações; Prestação de apoio nos recursos e demais processos gratuitos; Intervenção em processos de foro disciplinar.

Recursos Humanos:

Mapas anuais de levantamento de necessidades de recrutamento; Procedimentos concursais para recrutamento; Coordenação dos processos de alteração de posicionamento remuneratório; Acompanhamento da aplicação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA); Preparação de candidaturas a programas de emprego e de estágio; Preparação dos processos de mobilidade, respetivas prorrogações e consolidação; Processamento de vencimentos; Atualização de dados nos processos individuais e no sistema de gestão de recursos humanos.

Gestão do Património:

Gestão e manutenção dos 185 imóveis que constituem o património do ISSA, IPRA; Devido à implementação do SNC-AP no ano de 2023, deu-se continuidade à análise detalhada do registo dos imóveis em SAP4HANA; Realização da escritura de permuta de 1 imóvel com a Região Autónoma dos Açores e criação do respetivo imobilizado do imóvel recebido; Promoção da avaliação de um imóvel para regularização contabilística; Realização de 31 procedimentos de Empreitadas; Realização de 1 procedimento de aquisição de serviços relacionado com empreitadas – projeto e fiscalização; Realização de 31 processos de aquisição de bens e serviços, no âmbito da reparação e manutenção de imóveis (processo em SAP4HANA tramitado pelo NCP); Conclusão de um procedimento de arrendamento de uma fração autónoma, propriedade do ISSA, IPRA; Gestão dos contratos de arrendamento de imóveis do ISSA, IPRA; Preenchimento do Modelo 44 no Portal das Finanças; Gestão dos condomínios das frações autónomas, propriedade do ISSA, IPRA; Cedência de utilização de um imóvel; Cedência definitiva de dois imóveis; Transferência de dois imobilizados em curso para imobilizados definitivos; Elaboração de autos de entrega/receção de chaves dos imóveis; Elaboração de peças de procedimentos de alienação e empreitadas; Elaboração e atualização do mapa de empreitadas do ano de 2025; Gestão do arquivo corrente e inativo do NGP; Gestão das viaturas - 68

veículos que suportam a atividade do ISSA, IPRA na RAA; Carregamento de dados das viaturas nas aplicações internas; Emissão de parecer sobre os pedidos de autorização de condução de viaturas do ISSA, IPRA; Execução de pequenas reparações nos edifícios de Ponta Delgada, Terceira e Faial, pelos assistentes operacionais do NGP; Levantamento de necessidades de intervenção nos edifícios, propriedade do ISSA, IPRA.; Gestão dos bens móveis - Elaboração de 21 autos de abate com a abrangência de 341 bens móveis; Gestão de resíduos; Gestão e transferência de mobiliário; Identificação de cerca de 743 bens sem localização, correspondendo, assim, a uma redução de 101 bens face a 2024; Elaboração de 17 autos de cedência respeitantes a 110 bens móveis.

Contratação Pública:

Elaboração de consultas preliminares de mercado, programas de concurso, cadernos de encargos e instrução dos respetivos procedimentos de aquisição de bens e serviços, designadamente aquisição de equipamento informático, aquisição de géneros alimentares, no âmbito do Açores 2030 - Programa Operacional – Privação Material, Fundo Social Europeu Mais; aquisição de licenciamento dos postos de trabalho e infraestrutura de produtividade, para o ano civil de 2026; aquisição de serviços de segurança para as instalações do ISSA, IPRA, nas ilhas Terceira, São Miguel e Faial; aquisição anual de papel para impressão e fotocópia; aquisição anual de material de armazém e tipografia; aquisição de mobiliário de escritório; aquisição de aparelhos de ar condicionado; aquisição de um servidor a instalar nos serviços em Ponta Delgada; aquisição de refeições escolares; contratação de serviços médicos no âmbito do SVI; monitorização e assistência técnica de alarmes de incêndio e intrusão; aquisição de serviços de limpeza das instalações do ISSA, IPRA na ilha do Pico; aquisição de serviços de manutenção dos UPS instalados no edifício do ISSA, IPRA em Ponta Delgada; aquisição de serviços na modalidade de avença para assessoria jurídica na área de adoção; aquisição de serviço de armazenamento e transporte de Atum – relacionado com o cumprimento do acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte – relativo ao contrato de aquisição de ATUM – Lote 2, celebrado no âmbito do FEAC; aquisição de serviços de manutenção do elevador instalado no edifício do ISSA, IPRA, na ilha do Faial; aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing; instrução de procedimentos de ajuste direto simplificado (468); Gestão de stock dos 3 armazéns de material de expediente; Desenvolvimento de aplicação interna em colaboração com o Núcleo de Aplicações Informáticas para criação, envio e validação das requisições de material; Implementação de uma nova etapa no separador Viaturas, nas Aplicações Informáticas, a qual permite efetuar o registo da despesa de todas as intervenções realizadas nas viaturas, bem como anexar as respetivas faturas; Gestão integral de todos os contratos celebrados e concluídos no Portal Base, incluindo as respetivas integrações, comunicações e encerramento; Gestão de contratos de seguros, de manutenção e assistência técnica de equipamentos, de deslocações e alojamento dos trabalhadores do ISSA, IPRA e dos médicos do SVI; Gestão dos contratos de arrendamento em articulação com os respetivos senhorios, bem como a instrução dos processos de atualização de renda; Manutenção, reparação e inspeção da frota automóvel do ISSA, IPRA; Gestão e registo das despesas com publicidade institucional;

Secção de Expediente

Receção e expedição de correspondência através dos CTT, e-mail institucional e presencial, bem como respetivo registo e classificação em SGC (28.139 entradas e 110.309 saídas); Elaboração diária de protocolos com a correspondência recebida e envio para as respetivas áreas de trabalho; Receção e separação quinzenal de toda a documentação rececionada das lojas RIAC, elaboração de protocolos e respetiva distribuição; Apoio administrativo aos diversos serviços, no que respeita a registo de ofícios em SGC, retoma e arquivo de distribuições; Apoio aos médicos do SVI, nas ilhas Terceira e Faial. A partir de abril, este apoio passou a ser efetuado pelo NPPIVVI; substituição do segurança na sua pausa para almoço/ausências; Gestão do Armazém na ilha do Faial; Realização de serviço externo diário; Distribuição do material de armazém no ESSPDL; Preparação das salas de formação; Atendimento telefónico (32.011 chamadas); Limpeza nos edifícios de Santa Maria e São Miguel (Nordeste); Gestão da biblioteca do ISSA, IPRA.

Secção de Arquivo

Gestão e organização de 4 depósitos de arquivo na ilha Terceira, de 2 na ilha do Faial e de 5 depósitos na ilha de São Miguel; Respostas a um total de 1.798 pedidos de consulta de processos de pessoas singulares e de pessoas coletivas, provenientes das diversas áreas, através das aplicações internas do ISSA, IPRA; Receção e conferência das guias de remessa e autos de entrega dos processos remetidos aos arquivos, conforme calendarização anual; Organização dos processos recebidos nos respetivos depósitos de arquivo; Realização de transferências de documentação entre os depósitos; Continuação da ordenação e digitalização, por ano/entidade, desde 1965 (início da Segurança Social na ilha Terceira), de DR's (folhas de remunerações) e das guias de trabalhadores independentes entre os anos de 1975 e 1977; Na Ilha de São Miguel, foram higienizados e reordenados por ano civil e acondicionados em maços, a coleção de DR's de 224 Contribuintes, cerca de 175 pastas de arquivo, o equivalente a 12,560 ml; Preparação de 64 autos de eliminação para os processos que reuniam os requisitos necessários, tendo sido eliminados um total de 421,290ml, equivalentes a 14.590,132 Kg; Realização de expurgo nos processos relativos a pessoas singulares e coletivas; Realização de reuniões com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e com o Centro de Ciências da Informação e Documentação do Governo Regional, com vista à finalização da Portaria de Gestão Documental do ISSA, IPRA.;

Sistemas e Tecnologias de Informação:

Gestão do parque informático e sistemas de informação do ISSA, IPRA.; modernização dos equipamentos e soluções aplicacionais; Otimização e automatismos e processos normalizados, para aumentar a eficiência dos sistemas; Coordenação da presença do ISSA, IPRA. nos portais de internet; No domínio da cibersegurança, registaram-se avanços estruturais, incluindo formação especializada, adoção de mecanismos de autenticação forte, alinhamento com a Diretiva NIS2 e reforço do Registo de Atividades de Tratamento; Iniciativas de revisão de acessos, validação documental, atualização de procedimentos de VPN, e articulação contínua com o SOC para deteção e resposta a incidentes, elevando a maturidade dos controlos e a resiliência organizacional; Adoção de uma nova

arquitetura tecnológica, desenvolvimento de módulos críticos, reforço de mecanismos de autenticação e governança de acessos, e criação de indicadores operacionais e dashboard; O serviço de Helpdesk apresentou desempenho muito expressivo, com 19.668 pedidos tratados, taxas de resolução próximas de 100%, melhoria contínua dos tempos médios de resolução (de 29h para 10h) e satisfação consolidada nos 87% com classificação máxima; Evolução do ambiente hiperconvergente, reforço das cópias de segurança, gestão estruturada de ativos e licenças e melhoria da segurança perimetral. A gestão de identidades e acessos foi igualmente consolidada com ciclos regulares de recertificação, implementação sistemática de autenticação forte, modelos formais de entrada/alteração/saída e normalização de procedimentos. O período encerra com recomendações orientadas para continuidade da modernização, automação de processos, reforço da rastreabilidade e alinhamento regulatório permanente.

Núcleo de Planeamento, Organização e Comunicação:

No ano de 2025, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Elaboração de informação estatística - com regularidade mensal, trimestral, semestral e anual – implicando a recolha, tratamento e análise de dados físicos e financeiros); Foram superiormente aprovados 56 documentos com volume e grau de complexidade variável, que permitiram clarificar e uniformizar procedimentos, melhorar a articulação entre as várias unidades orgânicas do ISSA, IPRA e reduzir tempos de resposta; Registo, na aplicação SUGERE, do tratamento das reclamações, sugestões e elogios recebidos pelo ISSA, IPRA.; Elaboração dos instrumentos de gestão; Colaboração na elaboração do QUAR, do relatório de execução do QUAR, do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades do ISSA, IPRA.; Elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ISSA, IPRA (PPR) e dos relatórios de avaliação, incluindo propostas de implementação de medidas preventivas; Elaboração dos relatórios de progressão, trimestrais ou outra periodicidade, quando solicitado, para o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) sobre a medida Creches Gratuitas na Região; Gestão de conteúdos das páginas do ISSA, IPRA na internet - Portal do Governo Regional dos Açores e da Segurança Social dos Açores; Gestão de conteúdos da página do ISSA, IPRA na intranet; Divulgação de informação interna aos colaboradores do ISSA, IPRA, através do ISSA-Comunica; Elaboração de memorandos e demais documentos técnicos, quando solicitados.

2.4 Departamento de Prestações e Contribuições

DIVISÃO DE PRESTAÇÕES DIFERIDAS

À Divisão de Prestações Diferidas compete assegurar a instrução e organização de processos de atribuição de prestações diferidas do regime geral e regime especial e o acompanhamento e controlo desses mesmos processos, Instrução e organização dos processos de atribuição de prestações diferidas por invalidez, velhice, benefícios por morte e dependência.

Compete, ainda, assegurar a gestão de complementos regionais, nomeadamente o COMPAMID – Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos, e o CRP - Complemento Regional de Pensão.

No ano de 2025, o Núcleo de Processamento de Prestações de Invalidez e Velhice e Verificação de Incapacidade e Núcleo de Processamento de Prestações de Sobrevivência e Complementos Regionais, apresentaram os seguintes resultados:

Requerimentos pensão processados pelo Instituto de Informática da Segurança Social, com origem nos Açores – 51443.

Montante processado – 368.201.446,99 €.

Engloba Pensões de velhice, Pensões de invalidez e Pensões de Sobrevivência.

Requerimentos de pensão processados pelo ISSA – 632.

Montante processado – 244.403,46 €.

Engloba regimes especiais de previdência e regimes não contributivos.

Beneficiários e montantes atribuídos de COMPAMID.

Existem 27.069 beneficiários de COMPAMID, tendo o ISSA processado 9.164.605,79 € deste complemento regional, durante o ano de 2025.

Beneficiários/pagamentos e montantes atribuídos de CRP.

Existem 33.023 beneficiários de CRP, tendo o ISSA processado 37 202 315,58 € deste complemento regional de pensão, durante o ano de 2025.

DIVISÃO DE CONTRIBUIÇÕES

À Divisão de Contribuições compete assegurar o acompanhamento e controlo do cumprimento das obrigações contributivas, contencioso e ilícitos criminais.

No ano de 2025, o Núcleo de Processamento de Contribuições trabalhou:

Conta correntes - 5.081;

Sinistros - 1 748;

Sobreposições - 318;

Entidades Contratantes - 30 atividades.

Durante o ano de 2025 foram corrigidas 20.304 Declarações de Remunerações, contribuindo para a redução da percentagem de stock de declarações com erros.

No mesmo período, foram emitidas 498.612 Declarações de Situação Contributiva.

No âmbito da validação das carreiras contributivas, os serviços desenvolvidos pelo Núcleo de Processamento de Contribuições permitiram, durante o ano de 2025, a validação de:

1.632 pedidos de pensão de velhice;

452 pedidos de pensão de velhice antecipada;

278 pedidos de pensão social de velhice;

1.237 pedidos de pensão de invalidez;

981 pedidos de validação antecipada de carreiras contributivas.

Atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Contencioso e Ilícitos (NCI)

O NCI registou, no ano de 2025, 62 processos.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, foram efetuadas 34 reclamações de crédito.

Durante o ano de 2025 foram efetuadas 62 instruções de processos de contraordenação, tendo estas ficado concluídas num prazo global de 629 dias, o que corresponde a uma média de 17,47 dias por processo.

DIVISÃO DE ENQUADRAMENTO

À Divisão de Enquadramento compete proceder à identificação e qualificação de beneficiários e contribuintes e ao acompanhamento de processos nacionais e internacionais, em colaboração com os núcleos de atendimento e sistemas de segurança social estrangeiros.

No ano de 2025, a Divisão de Enquadramento trabalhou 14.073 requerimentos/pedidos de inscrição, enquadramento e alterações de dados.

9.092 processos/requerimentos (prazo médio de conclusão 3,54 dias), relativos a Entidades Empregadoras e outras qualificações (MOE, TCO, Serviço Doméstico, Seguro Social Voluntário, estagiários e programas ocupacionais, gestão de taxas especiais e apoios extraordinários à contratação de trabalhadores).

3.390 processos/requerimentos (prazo médio de conclusão 8,21 dias) relativos a Entidades não empregadores (Trabalhadores independentes, empresários em nome individual, cônjuges TI, Produtores Agrícolas dos Açores grupo fechado ou da Lei 29/2016 e respetivos familiares).

1.577 processos/requerimentos (prazo médio de conclusão 7,82 dias) relativos a Relações internacionais e informações (determinação de legislação aplicável,

destacamentos, Cartão Europeu de Saúde, informações a tribunais, apoios extraordinários da segurança social para combater os efeitos da inflação).

DIVISÃO DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS – REGIME SOLIDARIEDADE E PROTEÇÃO FAMILIAR

À Divisão de Prestações Pecuniárias - Regime de Solidariedade e Proteção Familiar compete assegurar a instrução e organização de processos de atribuição de prestações pecuniárias do regime de solidariedade e proteção familiar, nomeadamente no âmbito dos subsistemas de proteção familiar e de solidariedade da segurança social, e o acompanhamento e controlo desses mesmos processos.

Informação estatística do Núcleo de Prestações do Subsistema de Solidariedade (NPSS) relativa ao ano de 2025:

Rendimento Social de Inserção = 1.387 processos

Prestação Social para a Inclusão = 791 processos

Subsídio de Reestruturação familiar = 21 processos

Complemento Solidário do Idoso = 1841 processos

Total de requerimentos novos entrados em 2025 = 4.019

Requerimentos de prestações familiares do Núcleo de Prestações do Subsistema de Proteção Familiar (NPSPF) em 2025:

Abono de família pré-natal = 1.774

Abono de família para crianças e jovens = 2.558

Bonificação por deficiência = 296

Subsídio por assistência de terceira pessoa = 61

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial = 2.448

Subsídio de funeral = 401

Subsídio de lar = 11

Total de requerimentos novos entrados em 2025: 7.549

Apoio na gestão do Programa Nascer Mais, processos tratados em 2025: 2000

DIVISÃO DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS – REGIME PREVIDENCIAL

À Divisão de Prestações Pecuniárias - Regime Previdencial compete assegurar a instrução e organização de processos de atribuição de prestações pecuniárias do regime previdencial, nomeadamente de prestações por doença ou maternidade e por desemprego, o acompanhamento e controlo desses mesmos processos e a cooperação no âmbito da verificação de incapacidades temporárias ou permanentes, necessárias para o reconhecimento do direito a prestações

Núcleo de Doença e Maternidade trabalhou 15640 requerimentos, em 2025.

Núcleo de Desemprego e Subsídios Extraordinários, foram trabalhadas em 2025, o total de 25179 requerimentos/pedidos de informação, relativos a subsídio de desemprego e apoio judiciário e 81 processos de Fundo de Garantia Salarial.

2.5 Processo Executivo

De acordo com as competências atribuídas ao Núcleo de Processo Executivo, no que concerne à instrução e gestão dos processos executivos no âmbito da execução de dívidas à Segurança Social, encontram-se em tratamento, 75.044 processos executivos, a que correspondem 13.486 executados, numa dívida global de 227.909.872,98€.

No ano de 2025 foram instaurados cerca de 13.036 processos, a que corresponde um montante de quantia exequenda de 52.870.144,69€ e, foram extintos 14.631 processos, num montante arrecadado de 48.111.931,15€.

É de se registar o intenso trabalho junto dos contribuintes e um acompanhamento constante, que se traduz, também, no elevado número de planos prestacionais, que à data são de 7.526, representando um valor de quantia exequenda de 63.446.471,81€, a que acrescem juros e custas.

Importa referir que em 2025 foram celebrados 2.939 acordos, que representam de quantia exequenda o montante de 9.842.833,93€, a que acrescem juros e custas.

A exigência, aos executados, da prestação de garantia idónea para celebração/deferimento dos planos prestacionais, a partir dos montantes de 5.000€ para as pessoas singulares e 10.000€ para as pessoas coletivas, nos termos do disposto nos artigos 198.º e 199.º do Código de Procedimento Tributário (doravante CPPT), contribuem para o elevado valor de pagamentos por conta.

Foram implementados procedimentos de forma a serem analisadas as prescrições oficiosas, pois devido ao enorme volume e redução de pessoal essa situação não era possível de ser trabalhada, bem como intensificada a cobrança coerciva das dívidas com grande incidência nas penhoras bancárias, as quais cumprem com o disposto no artigo 223.º do CPPT.

Relativamente às reversões, o chamamento à execução dos responsáveis subsidiários para o pagamento da dívida foi cumprido e realizado nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei Geral Tributária e do artigo 153.º do CPPT, e, como tal, encontram-se efetuadas 15.790 reversões.

Participamos nas atividades desenvolvidas pelo Instituto de Informática da Segurança Social bem como pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, de forma a acompanharmos e melhorarmos a nossa atuação, permitindo aos contribuintes um tratamento justo e equitativo em todo o território nacional não descuidando da especificidade da região, permitindo assim propor soluções legalmente previstas, mas capazes de contribuir para a sustentabilidade do sistema de Segurança Social, focando sempre na receita.

É de registar que as Seções de Processo da Segurança Social em 2025 cobraram as dívidas das CPAS (CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES), iniciando o

processo para a cobrança das coimas relativas à Inspeção Regional de Trabalho, (no continente Português ACT (Autoridade para as condições do Trabalho)).

Atendendo ao elevado número de processos e de forma a poder ser dado seguimento à tramitação legalmente definida, o Núcleo de Processo Executivo teve a sua equipa reforçada em 2025 com 1 novo elemento, perfazendo 14, necessitando de mais elementos de forma a garantir não só o devido tratamento de todos os processos que já se encontram ativos, bem como daqueles que irão ser instaurados, garantindo dessa forma uma cobrança efetiva das dívidas mais célere e eficaz, evitando também a prescrição das dívidas.

2.6 Gestão Financeira, Orçamento e Conta

O Departamento de Gestão Financeira, Orçamento e Conta (DGFOC), cujas competências estão definidas nos Artigos 29.º a 31.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2014/A de 24 de janeiro, evidencia as principais atividades desenvolvidas em 2025:

Conta

Tendo sido implementado o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), em simultâneo com a implementação do novo sistema informático de informação financeira, em 2023, os anos de 2024 e 2025 foram ainda pautados pelo tratamento e resolução de constrangimentos na referida implementação.

Foi implementado o procedimento de circuito e arquivo digital dos documentos afetos ao ciclo da despesa, receita.

Orçamento

Foi elaborada proposta de orçamento para 2026, no âmbito do orçamento da segurança social, pelo valor total de 709.673.190 €. Foi apresentada a proposta para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2026, no valor de 31.463.275 €.

Em 2025, a execução orçamental da Segurança Social (OSS) atingiu 78 %, correspondendo a uma despesa de 584.362.399,08€ face a uma dotação orçamental de 751.546.948 €

No que respeita ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, no mesmo exercício, registou-se uma execução de 72 %,o que representa uma despesa de 25.964.300 € para uma dotação orçamental de 35.916.668,55 €.

Gestão Financeira

a) Banca

No âmbito do procedimento iniciado em 2024 para a implementação da modalidade de IBAN virtual, foi concretizada, em 03.02.2025, a entrada em produção do procedimento

para o recebimento das contribuições e dívidas de prestações sociais. Esta medida constitui um passo relevante na modernização dos mecanismos de arrecadação da receita, promovendo maior eficiência, automatização e fiabilidade nos processos de cobrança.

A articulação estabelecida com as instituições bancárias para a remuneração dos saldos em depósitos à ordem originou, em 2025, 583.583,96€ de receitas em juros, constituindo um contributo relevante para a rentabilização das disponibilidades financeiras do Instituto e para uma gestão mais eficiente.

b) Tesourarias

Em 2025, mantiveram-se os efeitos da modernização dos meios de pagamento nas tesourarias da Segurança Social, designadamente através da atualização dos TPA's, permitindo o recebimento por MB Way, bem como da plena integração dos equipamentos com a aplicação informática de Gestão de Tesouraria (GT), assegurando o automatismo do valor a pagar diretamente no terminal e reduzindo o risco de erro manual.

Deu-se continuidade ao procedimento de utilização de cartões recarregáveis para abastecimento de caixa, solução que permite maior rapidez, flexibilidade e segurança na gestão de numerário. No decurso de 2025, foi ainda disponibilizado mais um cartão recarregável à Tesouraria da Segurança Social de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, reforçando a capacidade operacional e a celeridade no abastecimento de caixa dessa tesouraria.

No âmbito da uniformização de procedimentos, a Divisão de Gestão Financeira concluiu, em 2025, o Manual de Perguntas Frequentes dirigido às tesourarias, com o objetivo de assegurar respostas consistentes, claras e harmonizadas às questões colocadas pelos tesoureiros.

Este manual sistematiza orientações relativas, nomeadamente, ao registo e anulação de recebimentos e pagamentos na aplicação GT, aos limites e meios de recebimento, aos procedimentos de depósito e reforço de caixa, à utilização de TPA's e cartões recarregáveis, bem como à articulação com o Núcleo de Controlo de Operações Financeiras (NCOF) em situações de divergência.

Este instrumento contribui para o reforço do controlo interno, a redução de erros operacionais, a segregação de funções e a harmonização das práticas nas tesourarias.

c) Prestações Sociais

No âmbito do registo e deferimento dos planos prestacionais de dívidas de prestações sociais, as alterações introduzidas em 2024 no sistema APP – Acordo Plano Prestacional mantiveram impacto direto na gestão em 2025, refletindo-se na racionalização, maior controlo e uniformização dos processos.

Manteve-se plenamente operacional, em 2025, a funcionalidade de Acordos e Planos Prestacionais na Plataforma da Segurança Social (PTSS), permitindo ao cidadão e ao trabalhador registar e consultar planos prestacionais, bem como emitir documentos de pagamento através da Segurança Social Direta, promovendo maior celeridade, transparência e desmaterialização dos procedimentos.

No âmbito da prevenção da fraude, manteve-se e reforçou-se, em 2025, o procedimento de validação de IBAN pela DGF e DAI nos pedidos de alteração não presenciais. Para o efeito, encontra-se implementado pelo II,IP um mecanismo de verificação automática da titularidade da conta bancária, que permite validar a correspondência entre o IBAN registado e o titular da conta, reforçando a segurança e a fiabilidade dos dados bancários associados às prestações sociais.

No decurso de 2025, iniciou-se o processo de testes ao novo fluxo de consulta de planos prestacionais, introduzindo melhorias ao nível das funcionalidades de pesquisa, visualização e ações disponíveis para os funcionários, bem como clarificando as diferenças face à versão anterior do sistema.

Foi ainda validada a atualização automática das datas de prescrição nas contas correntes, sempre que ocorram ações de rescisão ou anulação de planos, e validada a proposta de uma nova funcionalidade de painel de tarefas, destinada a apoiar a gestão operacional dos planos prestacionais. Os fluxos e ecrãs desenvolvidos ficaram definidos pelas equipas de usabilidade, com entrada em produção prevista para 2026 e ações de formação associadas.

d) Visão 360º

Em 2025, foram respondidas atempadamente todas as solicitações remetidas à Divisão de Gestão Financeira através da Visão 360º, consolidando-se este canal como instrumento preferencial de acompanhamento dos pedidos do cidadão. A Visão 360º permitiu o acesso e seguimento de processos como planos prestacionais, alterações de IBAN, esclarecimentos de pagamentos, suspensões e prescrições de dívidas, pedidos de reemissão de prestações, restituições no âmbito do processo executivo e tratamento de reclamações.

A articulação deste canal com os novos fluxos internos contribuiu para respostas mais céleres, integradas e rastreáveis, reforçando a transparência, a qualidade do serviço prestado e a confiança dos cidadãos.

3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

3.1 Balanço

3.1.1 Ativo

Quadro 3.1.1 Ativo - Comparativo

ATIVO	31-12-2025	31-12-2024	Unidade Monetária: Euro	
			Absoluta	%
Não Corrente	57.860.683	36.991.061	20.869.622	56%
Ativos fixos tangíveis	19.233.672	22.977.043	-3.743.371	-16%
Propriedades de investimento	10.858.523	10.383.803	474.720	5%
Ativos intangíveis	2.009	3.776	-1.766	100%
Clientes, contribuintes e utentes	25.596.818	1.422.178	24.174.640	100%
Outras contas a receber	2.169.661	2.204.261	-34.601	100%
Corrente	693.700.770	741.007.441	-47.306.671	-6%
Inventários	0	0	0	0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	35.011	39.116	-4.105	-10%
Clientes, contribuintes e utentes	515.473.609	530.554.570	-15.080.961	-3%
Outras contas a receber	49.330.978	49.215.680	115.298	0%
Diferimentos	36.038	36.038	0	0%
Caixa e depósitos	128.825.135	161.162.037	-32.336.902	-20%
TOTAL ATIVO	751.561.453	777.998.502	-26.437.049	-3%

O Ativo do ISSA, IPRA, apresenta, em 31 de dezembro de 2025, um total de 751.561.453€, tendo tido um decréscimo de cerca de 3%, comparativamente ao período homólogo de 2024.

O total dos ativos fixos tangíveis regista 19.233.672€, que resulta da diferença entre o ativo bruto, no montante de 31.830.542€, e as suas depreciações acumuladas, com um total de 12.596.869€, sendo composto por 48% referente a edifícios, 44% terrenos e 3% de equipamento administrativo e 5% outros.

O total das propriedades de investimento, que representam cerca de 32% do ativo não corrente, assume o valor, em 2025 de 10.858.523€, resultante da diferença entre o ativo bruto, no montante de 10.383.803€, mais adições e transferências internas, no montante total de 3.141.078€, e as suas depreciações acumuladas, com um total de 2.666.358€. Cerca de 89% das propriedades de investimento são referentes a terrenos. Houve um acréscimo de 474.720€ em propriedades de investimento, em 2025, resultante da reclassificação de 7 prédios se encontram devolutos ou sem utilização, de Ativos Fixos Tangíveis para Propriedades de Investimento e da atualização decorrente da aplicação da mensuração pelo justo valor.

Relativamente aos ativos intangíveis, foi amortizado, em 2025, o licenciamento dos programas de computador e sistemas de informação, considerando que o licenciamento se destinava ao ano económico de 2024.

Os devedores por transferência e subsídios, não reembolsáveis, incluem os de fundo de garantias devidos a menores.

A dívida na rubrica Clientes, contribuintes e utentes, no total de 541M€, inclui 389M€ referente ao regime de Segurança Social por conta de outrem, e 98M€ de dívida no âmbito do regime de trabalhadores independentes.

No final de 2025, as disponibilidades assumiam o valor de 129M€, com uma variação negativa de 20%, face a 2024. Esta variação tem origem no aumento de transferências para o Instituto de Gestão Financeira, IP.

3.1.2 Património Líquido e Passivo

Quadro 3.1.2 Património Líquido e Passivo - Comparativo

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	31-12-2025	31-12-2024	Unidade Monetária: Euro	
			Variação	
			Absoluta	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	744.266.352	771.534.550	-27.268.197	-4%
Reservas	2.164.348	2.164.348	0	0%
Resultados transitados	768.863.194	794.568.817	-25.705.622	-3%
Outras variações no Património Líquido	-1.836.979	-1.903.361	66.382	-3%
Resultado líquido do período	-24.924.211	-23.295.254	-1.628.957	7%
PASSIVO	7.295.101	6.463.953	831.148	13%
<u>Passivo Não Corrente</u>				
<u>Passivo Corrente</u>				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1.860	1860	0	0%
Fornecedores	2.892.241	542.508	2.349.733	100%
Estado e outros entes públicos	117.896	110.676	7.219	100%
Fornecedores de investimentos	0	0	0	100%
Outras contas a pagar	3.572.105	5.349.808	-1.777.703	-33%
Diferimentos	710.999	459.099	251.899	55%
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	751.561.453	777.998.502	-26.437.049	-3%

O Património Líquido, quando comparado com 2024, apresentam um decréscimo no montante de 26.437m€, considerando a variação do Resultado Líquido do Exercício (RLE).

O RLE de 2025, assume o valor negativo de 24.924.211€, tendo sido, em 2024, no montante negativo de 23.295.254€.

A variação dos resultados transitados, em 2025, inclui os (-) 23.295.254€, do RL de 2024, 223.952€ relativo a desreconhecimento de prédio rústico e 1.344.93€ de ajustamentos transição SNC-AP.

O aumento do valor na rubrica “Fornecedores”, prende-se com a dívida à “Finanfarma”, relativamente à ação regional “Nascer Mais”, cujo pagamento ocorre após recebimento de transferência da Região Autónoma dos Açores.

O acréscimo na rubrica dos “diferimentos”, em 55%, prende-se com o aumento dos Acordos no âmbito do GC e APP, nomeadamente dos juros vencidos, no montante aproximado de 252.000€.

A dívida ao Estado, em 2025, refere-se ao pagamento de impostos e retenções a pagar em janeiro de 2026, com referência a dezembro de 2025.

3.2 Demonstração de Resultados

3.2.1 Rendimentos

O total dos rendimentos, em 2025, foi 722.402.115€, enquanto, em 2024, foi de 586.846.970€. A sua distribuição, por natureza de proveitos, apresenta-se no quadro seguinte, sendo que, quando comparados, constata-se uma variação positiva de 23%.

Quadro 3.2.1 - Rendimentos - Distribuição por natureza - Comparativo

RENDIMENTOS	Unidade Monetária: Euro					
	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Variação	
					Absoluta	%
Impostos, contribuições e taxas	556.120.564	77%	503.609.140	86%	52.511.424	10%
Prestações de serviços e concessões	112.777	0,0%	109.209	0%	3.568	3%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6.270.523	0,9%	3.822.518	1%	2.448.005	64%
Outros rendimentos	159.314.667	22%	75.296.103	13%	84.018.563	112%
Juros e rendimentos similares obtidos	583.584	0,1%	4.010.000	0,7%	-3.426.416	-85%
	722.402.115		586.846.970		135.555.145	23%

As contribuições representam 77% dos rendimentos obtidos, em 2025, tendo-se verificado um aumento de 10%, face a 2024. As contribuições, no âmbito da entidade empregadora, representam 64% dos rendimentos de contribuições e taxas, seguindo-se as quotizações, com 31%, e as contribuições dos trabalhadores independentes, com uma representação de 3%.

As prestações de serviços incluem o valor da comparticipação familiar recebida, no âmbito das famílias de acolhimento, considerando o aumento do número dos recebimentos (ver ponto 4.1).

As transferências e subsídios correntes obtidos, incluem os rendimentos, cujo recebimento foi efetuado pelo IGFSS, IP.

A rubrica Outros Rendimentos representou 22% do total de rendimentos, registando um acréscimo de 112% face ao ano anterior. Este aumento resulta, essencialmente, da correção efetuada em dezembro, relativa a regularizações a contribuições declaradas, conforme justificado no ponto 29 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

As regularizações a contribuições declaradas, no montante de 131 milhões de euros, constituem 82% desta rubrica, enquanto as transferências do ORAA, no valor de 25,4 milhões de euros, representam 16% do total.

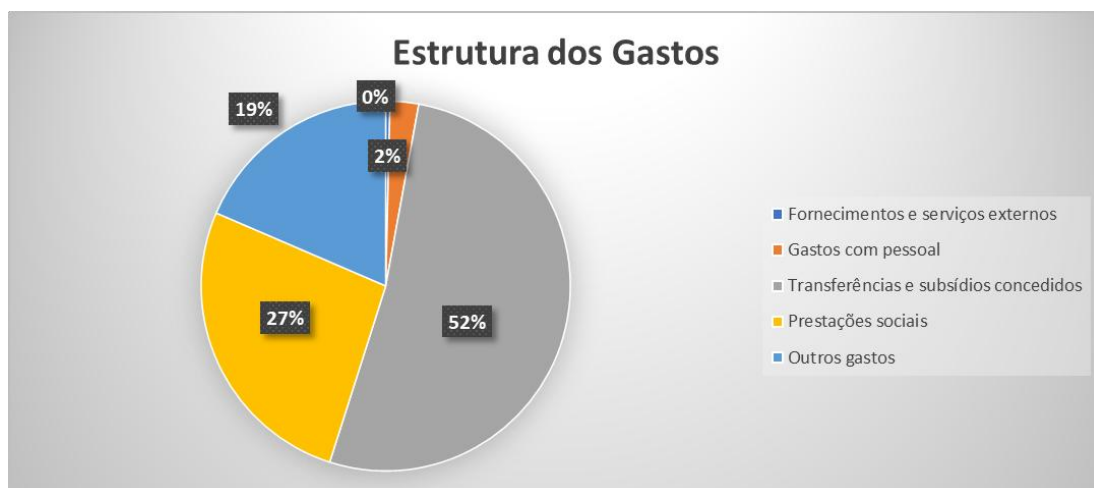
3.2.2 Gastos

O total dos gastos do exercício de 2025, apresentam um acréscimo de 22%, sendo o seu total de 747M€, enquanto, em 2024, o seu montante se cifrou em 610M€. A sua distribuição, por natureza de custos, apresenta-se no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 3.2.2 - Gastos - Distribuição por natureza - Comparativo

GASTOS	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Variação	
					Absoluta	%
CMVMC	0	0%	95.666	0%	-95.666	-100%
Fornecimentos e serviços externos	2.801.673	0%	2.057.742	0%	743.930	36%
Gastos com pessoal	18.690.070	3%	18.036.521	3%	653.550	4%
Transferências e subsídios concedidos	389.168.950	52%	338.526.030	55%	50.642.920	15%
Prestações sociais	198.504.429	27%	187.986.846	31%	10.517.582	6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1.746.026	0%	1.561.166	0%	-3.307.191	-212%
Outros gastos	138.657.127	19%	60.751.601	10%	77.905.526	128%
Gastos/reversões depreciação e amortização	1.250.102	0%	1.126.651	0%	123.451	11%
Juros e gastos similares suportados	0	0%	0	0%	0	100%
	747.326.325,71		610.142.223		137.184.102	22%

Gráfico 3.2.2 - Estrutura de Gastos - Peso 2025



O aumento verificado nos gastos com fornecimento e serviços externos, prende-se com inclusão de 623.585 € referentes à aquisição de atum, em cumprimento da decisão proferida pelo Tribunal Central Administrativo do Norte, no âmbito da operação FEAC – Combate à Privação Material.

Os gastos com pessoal representam 3% dos gastos totais, sendo a sua variação explicada no ponto 4.3.1 - Despesas com pessoal.

Os gastos com maior peso são as transferências e subsídios concedidos, com a representação de 52% da totalidade dos gastos. Do valor de 2025, 65% referem-se às transferências de excedentes para o IGFSS, IP, e 30%, aos acordos de cooperação, transferências e subsídios atribuídos às IPSS's.

Os gastos com as prestações sociais representam 27% da totalidade, sendo os subsídios de doença (19%), de abono de família (14%), prestação social para a inclusão (12%) e de desemprego (11%), os com maior representação nos gastos das prestações sociais.

A rubrica "outros gastos", com a ponderação de 19% dos gastos totais, inclui 129M€ (93%) de regularizações a contribuições declaradas (ver nota 29 do anexo às DF's), e 7.5M€ de dívidas incobráveis (5%).

3.3 Indicadores Económico-Financeiros

Quadro 3.3 - Indicadores de Liquidez - Comparativo

INDICADORES LIQUIDEZ	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2025	31-12-2024
Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	95,09	114,64
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	95,09	114,64
Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	17,66	24,93

INDICADORES RENTABILIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2025	31-12-2024
Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	-5%	-5%
Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,02%	0,00%
Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	-3%	-3%
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	-3%	-4%

INDICADORES ATIVIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2025	31-12-2024
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	0,74	0,65
Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365	0,00	0,00
Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365	338,25	384,45
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365	376,80	96,23
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365	376,80	96,23

INDICADORES ESTRUTURA FINANCEIRA	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2025	31-12-2024
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,99	0,99
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	102,02	119,36
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	0,00	0,00
Endividamento	Passivo/Ativo	0,01	0,01

3.4. Indicadores Orçamentais

Quadro 3.4 - Indicadores Orçamentais - Comparativo

INDICADORES ORÇAMENTAIS	FÓRMULA DE CÁLCULO	31-12-2025	31-12-2024	Variação	
				Absoluta	%
Grau de Execução Orçamental da receita	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	0,94	1,03	-0,09	-9%
Grau de Execução Orçamental da despesa	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	0,78	0,94	-0,17	-18%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	1,00	1,00	0,00	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	1,00	1,00	0,00	0%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	-57.366.280,66 €	-64.995.868,53 €	7.629.587,87 €	-12%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	23.402.082,24 €	17.427.643,85 €	5.974.438,39 €	34%
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	129.458.876,15 €	75.942.741,38 €	53.516.134,77 €	70%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	129.463.454,05 €	75.937.754,47 €	53.525.699,58 €	70%
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos / Liquidações	0,66	0,80	-0,14	-17%
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	0,99	1,00	0,00	0%

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1 – Receita

No quadro seguinte, apresenta-se a receita agregada, por classificação económica, com evidência da ponderação em relação ao tipo de receita, e com a variação de 2024 para 2025.

Quadro 4.1 - Receita por grandes rubricas de classificação económica - Comparativo

Económica	Receitas	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Unidade Monetária: Euro	
						Variação	
						Absoluta	%
	Receitas Correntes	550.862.786 €	74%	480.190.254 €	53%	70.672.532 €	15%
3	Contribuições para a Segurança Social	539.205.508 €	97,9%	468.244.951 €	97,5%	70.960.557 €	15%
4	Taxas, multas e outras penalidades	4.556.299 €	0,8%	3.270.895 €	0,7%	1.285.404 €	39%
5	Rendimentos da propriedade	604.916 €	0,1%	4.657.700 €	1,0%	-4.052.784 €	-87%
6	Transferências correntes	4.750.440 €	0,9%	3.554.327 €	0,7%	1.196.112 €	34%
7	Vendas de bens e serviços correntes	133.975 €	0,0%	115.398 €	0,0%	18.577 €	16%
8	Outras receitas correntes	1.611.648 €	0,3%	346.983 €	0,1%	1.264.665 €	364%
	Receitas de Capital	25.499.715 €	3%	294.174.730 €	33%	-268.675.015 €	-91%
9	Venda bens investimento	4.040 €	0,0%	396.000 €	0%	-391.960 €	-99%
10	Transferência de capital	25.495.675 €	100,0%	18.778.730 €	6%	6.716.945 €	36%
13	Out.receitas capital	0 €	0,0%	0 €	0%	0 €	0%
11	Activos Financeiros	0 €	0,0%	275.000.000 €	1464%	-275.000.000 €	100%
	Outras Receitas	163.427.652 €	22%	123.505.979 €	14%	39.921.673 €	32%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	2.536.984 €	1,6%	2.912.735 €	2,4%	-375.751 €	-13%
16	Saldo gerência anterior	160.890.669 €	98,4%	120.593.244 €	97,6%	40.297.424 €	33%
Receita Total do Sistema		739.790.153 €		897.870.963 €		-158.080.810 €	-18%

Receitas Correntes

Representando cerca de 98% das receitas correntes, e cerca de 73% das receitas totais, as **contribuições** para a segurança social aumentaram 15%, de 2024 para 2025, tendo como origem o incremento de 16% em quotizações dos trabalhadores (mais 23M€), e 15% das contribuições das entidades patronais (mais 47.5M€).

A cobrança dos juros de mora, no âmbito do pagamento tardio das contribuições, teve um acréscimo de 39% na rubrica **taxas, multas e outras penalidades**, tendo -se verificado um aumento desses juros de cerca de 1.2M€.

Na rubrica **rendimento de propriedade**, verifica-se uma diminuição acentuada, de 2024 para 2025, de 87%, referente à inexistência de aplicações, em depósitos a prazo, no ano de 2025. Por sua vez, os juros credores, de depósitos à ordem, totalizaram uma receita arrecada de 583.583,94€, em 2025.

As receitas, com origem nas **transferências correntes**, aumentaram 34%, considerando o acréscimo dos recebimentos de contribuições, pelo IGFSS, IP, referente a contribuintes dos Açores.

No âmbito da rubrica **venda de bens e serviços correntes**, verifica-se um aumento de 16%, com especial relevo para a rubrica “outros proveitos” que incluiu a 14.380,85€ respeitante à execução de garantia bancária, por incumprimento de obrigações do empreiteiro decorrentes da empreitada de “Remodelação e segurança contra incêndio no ESS de Ponta Delgada”.

A receita registada, em 2025, em **outras receitas correntes**, refere-se ao recebimento do reembolso da candidatura POAPMC-01-74F1-FEAC-000005 – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas.

Receitas de Capital

Em 2025, as receitas de capital representam 3% das receitas totais.

O montante de 4.040,00 € registado como **ventas de bens de investimento** corresponde à receita decorrente da permuta realizada com a Região Autónoma dos Açores, através da qual foi cedido o prédio urbano situado na Canada de São Caetano, Livramento, em troca da fração B do prédio urbano a constituir em propriedade horizontal, localizado na Rua Vista Alegre.

As **transferências de capital** têm origem nas transferências do Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para efeitos de execução do plano de investimentos aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2025/A, de 13 de janeiro.

Verificou-se um acréscimo de 36% entre 2024 e 2025, decorrente da variação da receita associada às seguintes ações previstas no plano de investimentos do ORAA:

Variação Receita ORAA					
Ações	Receitas ORAA	2025	2024	Variação	
				Absoluta	%
Ação 6.13.2	FUNDO REGIONAL AÇÃO SOCIAL	11.173.000 €	9.257.090 €	1.915.910 €	21%
Ação 6.13.3	PROPINAS	87.900 €	150.000 €	-62.100 €	100%
Ação 6.13.6	BOLSAS	1.289.775 €	618.750 €	671.025 €	108%
Ação 6.13.4	COMPAMID	6.660.000 €	5.651.500 €	1.008.500 €	18%
Ação 6.13.9	NOVOS IDOSOS	4.545.000 €	2.483.600 €	2.061.400 €	83%
Ação 6.13.8	NAScer MAIS	1.740.000 €	530.000 €	1.210.000 €	228%
Ação 2.5.20	CUIDADOR INFORMAL	- €	87.790 €	-87.790 €	-100%
Totais		25.495.675 €	18.778.730 €	6.716.945 €	36%

Em 2025, não há qualquer registo em **ativos financeiros**, devido à inexistência de aplicações em depósitos a prazo.

Outras Receitas

Está integrado, em outras receitas, o valor total de 160.890.669€ referente ao saldo de gerência anterior, dos quais 160.396.000€ é relativo ao Orçamento da Segurança Social,

e 494.669€ é referente ao saldo de gerência do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

4.2 – Despesa por Classificação Económica

Quadro 4.3 - Despesa por Classificação Económica - Comparativo

Económica	Despesa	Unidade Monetária: Euro					
		31-12-2025	%	31-12-2024	%	Variação	
						Absoluta	%
	Despesas Correntes	608.229.066	100%	545.186.122	66%	63.042.944	12%
01	Despesas com pessoal	18.555.840	3,05%	17.767.028	3,26%	788.813	4%
02	Aquisição de bens e serviços	2.794.646	0,46%	2.064.166	0,38%	730.480	35%
03	Juros e outros encargos	4.578	0,00%	4.987	0,00%	-409	-8%
04	Transferência correntes	586.153.879	96,37%	525.012.217	96,30%	61.141.662	12%
05	Subsídios	268.712	0,04%	229.537	0,04%	39.175	17%
06	Outras despesas correntes	451.411	0,07%	108.188	0,02%	343.223	317%
	Despesas Capital	2.097.633	0%	276.747.086	34%	-274.649.453	-99%
07	Aquisição de bens de capital	916.055	44%	1.118.242	0%	-202.187	-18%
08	Transferências de capital	1.181.578	56%	628.844	0%	552.733	88%
09	Activos Financeiros	0,00 €	0%	275.000.000,00 €	0%	-275.000.000	100%
	DESPESA TOTAL	610.326.699,08 €		821.933.208,50 €		-211.606.509,42 €	-26%

4.2.1 Despesas com pessoal

O acréscimo de 4% das despesas com pessoal, de 2024 para 2025, tem origem no aumento de 19 funcionários (14 colaboradores foram para aposentação), na atualização de remunerações (aplicação do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro), nas medidas de valorização remuneratória (aplicação do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro), e na valorização especial dos trabalhadores da administração pública regional dos Açores (prevista no artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro).

4.2.2 Aquisição de bens e serviços

Verifica-se um aumento global de 35% na despesa com aquisição de bens e serviços, justificado, sobretudo, pelo acréscimo de 620.842 € registado na rubrica de aquisição de bens.

O aumento expressivo nesta rubrica resulta da inclusão de 623.585 € referentes à aquisição de atum, em cumprimento da decisão proferida pelo Tribunal Central Administrativo do Norte, no âmbito da operação FEAC – Combate à Privação Material.

No que respeita à aquisição de serviços, observa-se uma variação positiva de 6%, destacando-se como principais contributos para este crescimento os encargos associados a conservação de bens, limpeza e higiene, deslocações e estadas, bem como vigilância e segurança.

4.3.3 Juros e outros encargos

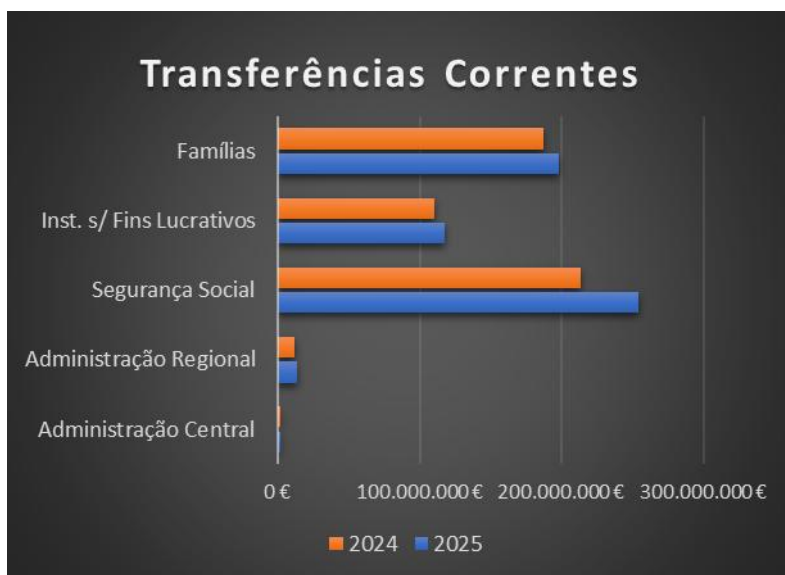
O decréscimo de cerca de 8% na rubrica “Juros e Outros Encargos” justifica-se pela redução da despesa associada às transferências interbancárias e a outros encargos bancários não relacionados com a arrecadação de receita.

4.3.4 Transferências correntes

Com um peso de cerca de 96,37% das despesas correntes, as transferências correntes sofreram um aumento na ordem dos 12%, de 2024 para 2025, considerando o aumento das transferências no perímetro da segurança social.

O gráfico seguinte, ilustra a variação comparativa pelas grandes rubricas das transferências correntes.

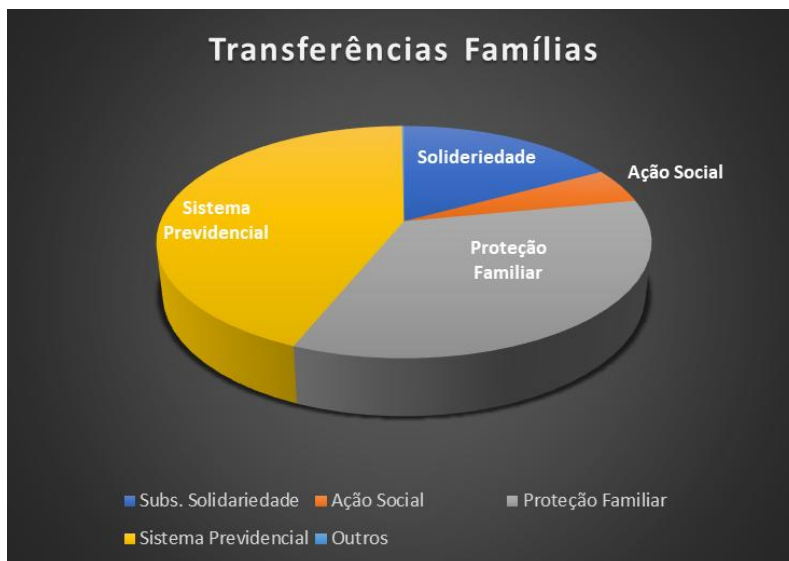
Gráfico 4.3 A - Transferências Correntes



a) *Famílias*

Esta rubrica inclui as transferências para as famílias, no âmbito dos diferentes subsistemas, representando 34% da totalidade das transferências correntes, tendo ocorrido um acréscimo de 5,94%, face a 2024.

Gráfico 4.3 B - Transferências Famílias



As prestações sociais, no âmbito do sistema previdencial, representaram, em 2025, cerca de 44% das transferências para as famílias, tendo-se verificado um acréscimo do valor pago, na ordem do 12%, com principal origem no aumento de 14% do subsídio desemprego, desemprego provisório majoração (2.7M€), e no aumento de 17% na prestação de maternidade (3.8M€).

A despesa das transferências para proteção familiar, subiram ligeiramente nas prestações sociais de apoio aos encargos familiares, em cerca de 37m€ e verificou-se uma subida na ordem dos 4% nos apoios à deficiência. Em 2025, foram transferidos mais de 67M€ para as famílias, no âmbito da proteção familiar, representando 34% do total das transferências para as famílias.

As transferências para as famílias, no âmbito do subsistema de solidariedade, representaram 17% do total das transferências destinadas aos agregados familiares, registando uma redução de 6% em 2025 face a 2024 — cerca de menos 2 milhões de euros. Esta diminuição decorre, sobretudo, da redução dos montantes pagos ao abrigo do Rendimento Social de Inserção, do subsídio social de desemprego e da atribuição de apoios extraordinários dirigidos às famílias mais vulneráveis.

Os apoios familiares, no âmbito da ação social, representaram cerca de 5% das transferências para as famílias, tendo aumentado 50%, face a 2024, considerando o aumento da despesa das medidas regionais do ORAA, “Novos Idosos” e “Nascer Mais”.

b) Instituições sem fins lucrativos

As transferências para instituições sem fins lucrativos, no valor de mais de 117M€, representaram, em 2025, 20% do total das transferências correntes, mais 7M€ do que em 2024, resultante da atualização dos acordos e protocolos celebrados com as instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

c) Segurança Social

Inclui as transferências entre as entidades do perímetro da segurança social, sendo as transferências para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS, IP), as com maior expressão, já que assumiram, em 2025, o valor de 253.715.016,43€, do total de 254.296.797,69€.

Em 2025, foram transferidos mais 40M€ para o IGFSS, IP, do que em 2024. As transferências no âmbito da segurança social representaram 43% do total das transferências correntes.

d) Administração Regional

Anualmente, é carregada dotação orçamental na rubrica das transferências, que se destina à transferência para o Fundo Regional do Emprego (FRE), ao abrigo do nº 3 do artigo 52º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, na sua redação atual.

Verificou-se uma variação positiva de 10%, tendo-se transferido para o FRE, em 2025, o valor de 13.1M€.

e) Administração Central

As transferências para a Caixa Geral de Aposentações, relativas às pensões unificadas, assumiram o montante de 1.9M€, em 2025, mais 2% do que em 2024.

4.3.5 Subsídios

As transferências correntes de subsídios incluem os Contratos de Cooperação – Valor Eventual (OSS) e os protocolos no âmbito do fornecimento do almoço durante os períodos de férias e interrupções, pagos às IPSS.

Em 2025, foi atribuído o valor de 268.7m€, cerca de mais 17% do que em 2024, cuja despesa foi de 229.5m€.

4.3.6 Outras despesas correntes

Esta rubrica, no montante de 451,4 mil euros em 2025, integra 414.745 euros relativos a juros de mora associados a pagamentos em atraso no âmbito das Ações Regionais COMPAMID e NASCER MAIS (ORAA). O respetivo pagamento apenas se concretiza após

a receção da transferência financeira por parte da Direção Regional do Orçamento e Tesouro.

4.3.7 Aquisição de bens de capital

Em 2025, foi investido o valor de 916m€ na aquisição de bens de capital, menos 18% do que em 2024. Os principais investimentos de capital, em 2025, foram:

- 571 m€ - Software informático;
- 160 m€ - Equipamento informático;
- 114.6 m€ - Conservação e reparação de edifícios;
- 43.6 m€ - Equipamento básico.

4.3.8 Transferências de Capital

Em 2025, as transferências de capital totalizaram 1.181.577,55€, englobando os subsídios de capital atribuídos às IPSS e a transferência para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS).

No que respeita às IPSS, foram concedidos 137 subsídios de capital, num montante global de 781.537,55€. Em comparação, em 2024 tinham sido atribuídos 122 subsídios, totalizando 628.844,44€, evidenciando um acréscimo tanto no número de beneficiários como no montante atribuído.

A transferência para o FEFSS ascendeu a 400.040€, resultante de operações patrimoniais: a venda de imóveis realizada no final de 2024, no valor de 396.000€, e a permuta de um imóvel em 2025, no montante de 4.040€.

4.3.9 Ativos Financeiros

Em 2025, não se procede ao reconhecimento de ativos financeiros, uma vez que, nesse exercício, não existem aplicações financeiras constituídas, designadamente depósitos a prazo.

4.4 Despesa por Subsistemas

Evidencia-se no quadro infra, a execução orçamental da despesa, agregada pelos subsistemas da segurança social, administração e orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA). Da análise, foram excluídas as despesas referentes às transferências entre as instituições da segurança social.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo*

Subsistema	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	111.083.398	31%	104.984.471	17%	6.098.927	6%
Solidariedade	30.505.813	9%	32.628.556	5%	-2.122.743	-7%
Proteção Familiar	64.903.003	18%	63.947.992	11%	955.011	1%
Sistema Previdencial	102.092.222	29%	366.818.577	60%	-264.726.355	-72%
Administração	21.081.126	6%	20.411.625	3%	669.501	3%
Orçamento Região Autónoma Açores	25.964.300	7%	19.350.727	3%	6.613.573	34%
	355.629.861		608.141.949		-252.512.087	-42%

* - Fundos T não incluídos

Gráfico 4.4 – Despesa por Subsistemas



4.4.1 Ação Social

O subsistema de ação social tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas, que se concretizam através de:

- a) Serviços e equipamentos sociais;
- b) Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais;
- c) Prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excecionalidade; e
- d) Prestações em espécie.

As despesas de ação social, em 2025, representam 31% da despesa total e, em 2024, 17%, tendo-se verificado um acréscimo de 6%.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo*

Subsistema	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	111.083.398	31%	104.984.471	17%	6.098.927	6%
Solidariedade	30.505.813	9%	32.628.556	5%	-2.122.743	-7%
Proteção Familiar	64.903.003	18%	63.947.992	11%	955.011	1%
Sistema Previdencial	102.092.222	29%	366.818.577	60%	-264.726.355	-72%
Administração	21.081.126	6%	20.411.625	3%	669.501	3%
Orçamento Região Autónoma Açores	25.964.300	7%	19.350.727	3%	6.613.573	34%
	355.629.861		608.141.949		-252.512.087	-42%

* - Fundos T não incluídos

Evidenciam-se as rubricas com maior ponderação/variação de 2024 para 2025:

- **Acordos de Cooperação IPSS - CCVC'S** – Os contratos de cooperação valor cliente, com valor de despesa em 2025, no montante de 104.7M€ (Orçamento da Segurança Social-OSS), é a rubrica com maior expressão, representando, em 2025, 94% do total da despesa da ação social, tendo-se verificado um aumento de 6%, com origem na atualização do acordo base e do acréscimo da dotação OSS, uma vez que esta rubrica é financiada pelo OSS, e pelo ORAA.
- **Subsídios de Capital - IPSS** – Em 2025, o montante atribuído a subsídios de capital às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) atingiu 781,5m€, representando um aumento de 24% face ao verificado em 2024. Nesse ano, foram concedidos 137 subsídios de capital, mais 15 do que em 2024, ano em que tinham sido atribuídos 122 subsídios.
- **Subsídios eventuais atribuídos às IPSS** – Em 2025, foram atribuídos 8 subsídios, no valor total de 125m€, menos 22m€ do que o ano anterior, sendo que em 2024 tinham sido atribuídos 9 subsídios.
- **Protocolos IPSS - Cantinas Sociais** – O aumento da comparticipação do valor da refeição, de 4,30€ para 5,30€, conjugado com o acréscimo do número de refeições servidas, que passou de 43.247 em 2024 para 43.689 em 2025, traduziu-se num aumento da despesa, que evoluiu de 184.271€ em 2024 para 227.961€ em 2025.
- **Protocolos IPSS – Emergência Social** – A despesa executada em 2025 ascendeu a 1.3M€. Verificou-se um acréscimo superior a 600 mil euros face a 2024, decorrente da execução do Acórdão do Tribunal Central Administrativo, relativo à aquisição de atum no âmbito do programa “FEAC – OS GRANTE”.
- **Subsídio Eventuais Famílias Carência - SPE** – Representando 2% da despesa do subsistema de ação, os subsídios eventuais às famílias em carência cifraram-se na ordem dos 1.7M€, menos 17% do que no ano anterior, considerando a diminuição da dotação OSS.

4.4.2 Solidarietàde

O subsistema da solidarietàde visa assegurar, com base na solidarietàde de toda a comunidade, direitos essenciais, por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como a garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no sistema previdencial, através da atribuição das seguintes prestações sociais:

- a) Prestações de rendimento social de inserção;
- b) Pensões sociais;
- c) Subsídio social de desemprego;
- d) Complemento solidário para idosos;
- e) Complementos sociais;
- f) Outras prestações ou transferências afetas a finalidades específicas, no quadro da concretização dos objetivos do presente subsistema.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo*

Subsistema	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	111.083.398	31%	104.984.471	17%	6.098.927	6%
Solidarietàde	30.505.813	9%	32.628.556	5%	-2.122.743	-7%
Proteção Familiar	64.903.003	18%	63.947.992	11%	955.011	1%
Sistema Previdencial	102.092.222	29%	366.818.577	60%	-264.726.355	-72%
Administração	21.081.126	6%	20.411.625	3%	669.501	3%
Orçamento Região Autónoma Açores	25.964.300	7%	19.350.727	3%	6.613.573	34%
	355.629.861		608.141.949		-252.512.087	-42%

* - Fundos T não incluídos

Evidenciam-se as rubricas com maior ponderação/variação de 2024 para 2025:

- **Rendimento Social Inserção** – A presente rubrica constitui a de maior relevância no subsistema de solidarietàde, representando 41% da respetiva despesa em 2025. Nesse ano, a despesa atingiu aproximadamente 12,5M€, evidenciando um decréscimo de 13% face a 2024. Esta redução resulta, essencialmente, da diminuição de mais de 1.800 beneficiários.
- **Subsídio Social de Desemprego** – Em 2025, representou 17% da despesa do subsistema, com o valor de 5.2M€, tendo ocorrido um decréscimo de 22%, face a 2024. O decréscimo de 1.4M€, justifica-se com a diminuição de beneficiários, que passou de 2.374, em 2024, para 1.832, em 2025.
- **Complementos Prestações Sociais** – Incluem complementos de subsídio de doença, de desemprego, de maternidade e complemento de prestações sociais para a inclusão (PSPI). Estes complementos assumiram o valor de cerca de 6.5M€, em 2025, mais 11% do que em 2024, representando 21% do total do subsistema de solidarietàde.

Ilustra-se, no quadro infra, a ponderação de cada complemento e as respetivas variações:

Complementos Sociais	Unidade Monetária: Euro					
	2025	%	2024	%	Variação	
					Absoluta	%
Complemento Subsidio Doença	14.872	0%	18.496	0%	-3.623	-20%
Complemento Subsidio Desemprego	485.919	7%	477.234	8%	8.686	2%
Complemento Parentalidade	174.845	3%	161.449	3%	13.396	8%
Complemento PSPI (Prest.Social p/a Inclusão)	5.830.811	90%	5.217.982	89%	612.829	12%
	6.506.447		5.875.160		631.287	11%

- **Apoio Extraordinário à Renda** - Medida implementada em 2023, pelo Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março, na sua redação atual, que sofreu um decréscimo de 26% de despesa, atingindo o valor de 2.5M€, em 2025, representando 8% da despesa do subsistema de solidariedade.
- **BAS** – Em setembro de 2025, o ISSA passou a efetuar o pagamento às Unidades de Saúde dos Açores dos Benefícios Adicionais de Saúde para os Beneficiários do Complemento Solidário, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 252_2007 de 5 de julho, tendo sido assumida a despesa no valor de 470.121€.
- **Subsídio de Apoio Cuidador Informal**– Esta rubrica registou um aumento de 1,1M€ em 2024 para 2,4M€ em 2025, atendendo a que, em 2024, os pagamentos apenas se iniciaram em março, originando uma baixa execução orçamental no primeiro semestre.

4.4.3 Proteção Familiar

O subsistema de proteção familiar visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos, quando ocorram as eventualidades de encargos familiares, encargos no domínio da deficiência e encargos no domínio da dependência.

As despesas de proteção familiar representam 18% do total da despesa, tendo-se verificado o acréscimo de 1%, de 2024 para 2025.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo*

Subsistema	Unidade Monetária: Euro					
	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	111.083.398	31%	104.984.471	17%	6.098.927	6%
Solidariedade	30.505.813	9%	32.628.556	5%	-2.122.743	-7%
Proteção Familiar	64.903.003	18%	63.947.992	11%	955.011	1%
Sistema Previdencial	102.092.222	29%	366.818.577	60%	-264.726.355	-72%
Administração	21.081.126	6%	20.411.625	3%	669.501	3%
Orçamento Região Autónoma Açores	25.964.300	7%	19.350.727	3%	6.613.573	34%
	355.629.861		608.141.949		-252.512.087	-42%

* - Fundos T não incluídos

Considerando que o complemento apoio extraordinário para crianças e jovens foi uma medida exclusiva, de 2023, verificou-se que a despesa nessa rubrica teve um decréscimo de 34m€, de 2024 para 2025. Ainda nas prestações sociais de proteção familiar, o aumento de 46m€ na despesa com o abono de família, o acréscimo de 9% na Prestação Social para a Inclusão, com um incremento de 1.4M€, e o decréscimo de 545m€ verificado nas restantes prestações, justificam o aumento de 1% na despesa de proteção familiar.

4.4.4 Previdencial

O sistema previdencial visa garantir prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido, em consequência da verificação de eventualidades, nomeadamente:

- a) Doença;
- b) Maternidade, paternidade e adoção;
- c) Desemprego;
- d) Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- e) Invalidez;
- f) Velhice;
- g) Morte.

A despesa do referido sistema inclui, ainda, as transferências para o Fundo Regional do Emprego (FRE) e Caixa Geral de Aposentações e as despesas de capital com origem nas dações em pagamento.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo*

Subsistema	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	111.083.398	31%	104.984.471	17%	6.098.927	6%
Solidariedade	30.505.813	9%	32.628.556	5%	-2.122.743	-7%
Proteção Familiar	64.903.003	18%	63.947.992	11%	955.011	1%
Sistema Previdencial	102.092.222	29%	366.818.577	60%	-264.726.355	-72%
Administração	21.081.126	6%	20.411.625	3%	669.501	3%
Orçamento Região Autónoma Açores	25.964.300	7%	19.350.727	3%	6.613.573	34%
	355.629.861		608.141.949		-252.512.087	-42%

* - Fundos T não incluídos

A elevada redução da despesa do sistema previdencial, justifica-se com a inexistência de despesas com ativos financeiros, uma vez que não foram efetuadas aplicações financeiras, em depósitos a prazo, durante o ano económico de 2025.

As transferências para o FRE aumentaram 1.2M€, e as transferências para a Caixa Geral de Aposentações, relativamente às pensões unificadas, tiveram um acréscimo de 38m€.

Relativamente às prestações sociais integradas no subsistema previdencial, evidenciam-se os seguintes valores:

Prestações Sociais	Unidade Monetária: Euro					
	2025	%	2024	%	Variação	
					Absoluta	%
Subsídio Doença	39.207.047	45%	36.644.372	47%	2.562.675	7%
Prestações Parentalidade	25.836.569	30%	22.036.875	28%	3.799.694	17%
Subsídio Desemprego	21.631.174	25%	18.950.595	24%	2.680.579	14%
Subsídio de Lar	39.733	0%	34.038	0%	5.696	17%
	86.714.523		77.665.880		9.048.644	12%

As variações do número de beneficiários das prestações em análise refletem, de forma direta, as oscilações verificadas na respetiva despesa. O aumento da despesa com o subsídio de doença, no montante de 2,5M€, resulta do acréscimo de 6.140 beneficiários. Por sua vez, o crescimento de 14% da despesa com o subsídio de desemprego decorre do aumento de 8% no número de beneficiários. No que se refere às prestações de parentalidade, registou-se uma variação positiva da despesa de 17%, explicada pelo aumento de 6% dos beneficiários.

4.4.5 Administração

As despesas de administração incluem as despesas de funcionamento, o investimento na aquisição de bens de capital (excluindo os por dação em pagamento) e as despesas de funcionamento no âmbito de protocolo celebrado com casas do povo.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo*

Subsistema	Unidade Monetária: Euro					
	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	111.083.398	31%	104.984.471	17%	6.098.927	6%
Solidariedade	30.505.813	9%	32.628.556	5%	-2.122.743	-7%
Proteção Familiar	64.903.003	18%	63.947.992	11%	955.011	1%
Sistema Previdencial	102.092.222	29%	366.818.577	60%	-264.726.355	-72%
Administração	21.081.126	6%	20.411.625	3%	669.501	3%
Orçamento Região Autónoma Açores	25.964.300	7%	19.350.727	3%	6.613.573	34%
	355.629.861		608.141.949		-252.512.087	-42%

* - Fundos T não incluídos

As despesas de administração representaram 6% da despesa total, registando um acréscimo de 3% face ao ano de 2024.

As despesas de funcionamento corresponderam a 92% das despesas de administração, totalizando mais de 19,3 M€ em 2025. Dentro deste montante, destacam-se 17,4 M€ relativos à despesa com pessoal, correspondente aos 600 trabalhadores do Instituto.

As despesas de capital ascenderam a cerca de 916 mil euros, representando 4% das despesas de administração. De igual modo, as despesas associadas ao funcionamento das Casas do Povo corresponderam a 4% das despesas de administração.

4.4.6 ORAA – Orçamento Região Autónoma Açores

As despesas financiadas pelo ORAA integram as ações aprovadas no Plano Regional Anual para 2025, constante do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2025/A, de 13 de janeiro, e enquadram-se no Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, na sua redação atual.

Quadro 4.4 - Despesa por Subsistema - Comparativo*

Subsistema	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Unidade Monetária: Euro	
					Variação	
					Absoluta	%
Ação Social	111.083.398	31%	104.984.471	17%	6.098.927	6%
Solidariedade	30.505.813	9%	32.628.556	5%	-2.122.743	-7%
Proteção Familiar	64.903.003	18%	63.947.992	11%	955.011	1%
Sistema Previdencial	102.092.222	29%	366.818.577	60%	-264.726.355	-72%
Administração	21.081.126	6%	20.411.625	3%	669.501	3%
Orçamento Região Autónoma Açores	25.964.300	7%	19.350.727	3%	6.613.573	34%
	355.629.861		608.141.949		-252.512.087	-42%

* - Fundos T não incluídos

Em 2025, as despesas ORAA representaram 7% do total da despesa do ISSA (excluindo as transferências entre instituições da Segurança Social), tendo-se verificado um acréscimo de 34% na despesa, considerando o aumento das transferências de receita ORAA para efeitos da implementação de ações, conforme o seguinte quadro:

Despesa ORAA - Comparativo

Ação	Rúbricas	31-12-2025	%	31-12-2024	%	Unidade Monetária: Euro	
						Variação	
						Absoluta	%
Ação 6.13.2	Fundo Regional de Ação Social	11.258.071	44%	9.229.152	49%	2.028.918	22%
Ação 6.13.3	Apoio ao Pagamento de Propinas	304.817	1%	12.778	0%	292.039	2285%
Ação 6.13.6	Bolas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior	1.237.500	5%	625.625	3%	611.875	98%
Ação 6.13.4	Idosos em Casa "Novos Idosos"	4.394.844	17%	2.769.120	15%	1.625.725	59%
Ação 6.13.9	Programa "Nascer Mais"	1.747.015	7%	581.322	3%	1.165.693	100%
Ação 6.13.8	COMPAMID	6.673.079	26%	5.635.763	30%	1.037.316	18%
Ação 2.5.20 (2024)	Apoio ao cuidador informal	0	0%	93.717	0%	-93.717	100%
Total Plano		25.615.327		18.947.477		6.667.850	35%
ORAA (Administração)		348.973		403.251		-54.277	-13%
Total ORAA		25.964.300		19.350.727		6.613.573	

A despesa do **Fundo Regional de Ação Social** (FRAS) constitui a rubrica de maior relevância, tendo representado 44% do ORAA. Em 2025, esta despesa integrou 269.458€ referentes ao pagamento de refeições escolares em período de férias, 2.998.388€ relativos ao Complemento Açoriano ao Abono de Família (CAAF) e 7.990.224€ correspondentes aos pagamentos decorrentes dos acordos de cooperação celebrados com as IPSS.

A despesa associada à Ação **“Apoio ao Pagamento de Propinas”** apresenta, em 2025, um aumento expressivo, decorrente do facto de o pagamento aos estudantes do ensino superior, referente ao ano letivo de 2024/2025, ter sido processado apenas no mês de janeiro de 2025.

Foi em janeiro de 2025 que se procedeu ao pagamento da 1.ª e 2.ª tranches das **bolsas de estudo** atribuídas aos 448 estudantes. As 3.ª e 4.ª tranches foram pagas nos meses de março e junho, respetivamente.

O significativo acréscimo de despesa na ação “**Novos Idosos**”, correspondente a um aumento de 59%, resulta essencialmente do crescimento do número de beneficiários, que passou de 272 idosos em 2024 para 484 em 2025. Contribuiu igualmente para este aumento o reforço do número de acordos celebrados com as IPSS no âmbito desta ação.

O aumento da despesa associada às medidas **Nascer Mais** e **COMPAMID** resulta do acréscimo dos pagamentos das faturas relativas aos consumos das farmácias, cujo liquidação apenas ocorre após o recebimento da transferência financeira do ORAA.

5. CONCLUSÃO

No decurso do exercício de 2025, ano em que iniciou funções um novo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A. (ISSA), prosseguiu-se a missão de garantir a proteção e inclusão social das pessoas, assegurando uma gestão sustentável, rigorosa e eficiente dos regimes de segurança social. Este início de mandato permitiu reforçar o alinhamento estratégico do Instituto, promovendo políticas inclusivas e inovadoras, ajustadas às necessidades evolutivas da sociedade açoriana e orientadas para a solidariedade, dignidade humana, bem-estar e coesão social.

Os objetivos estratégicos definidos — promover a coesão e a inclusão social, contribuir para a sustentabilidade da Segurança Social e desenvolver o capital humano e modernizar os serviços — foram operacionalizados através de iniciativas focadas no acompanhamento às IPSS e entidades equiparadas, no apoio às famílias e grupos vulneráveis, na prevenção da evasão contributiva e prestacional, na regularização de dívidas e pagamentos indevidos, na transição digital e na implementação de procedimentos uniformizados que aumentam a eficiência organizacional.

Foram estabelecidos resultados a atingir, dos quais se destacam:

- a consolidação de sistemas digitais integrados que simplifiquem a tramitação dos serviços;
- a redução dos tempos de resposta administrativos;
- o desenvolvimento contínuo das competências dos colaboradores;
- o reforço da confiança dos cidadãos e das instituições no ISSA, I.P.R.A., enquanto entidade reguladora e executora das políticas de segurança social.

A monitorização dos objetivos foi assegurada por indicadores de desempenho, nomeadamente o tempo médio de processamento dos pedidos, o cumprimento dos prazos regulamentares e a efetividade da execução orçamental, permitindo avaliar com rigor a coerência entre o planeado e o executado.

A avaliação do sucesso organizacional apoiou-se na elaboração de relatórios periódicos de gestão submetidos ao Governo Regional e na realização de auditorias internas e

externas, que garantiram transparência, rigor, controlo e responsabilização na gestão pública.

A prossecução da missão institucional assentou nos recursos disponíveis, designadamente:

- Recursos Humanos qualificados e capacitados;
- Recursos Financeiros provenientes do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e do Orçamento da Segurança Social;
- Recursos Materiais e Tecnológicos adequados às necessidades operacionais e de modernização do Instituto.

O ISSA, I.P.R.A. reafirma, assim, o seu compromisso com os cidadãos, visando a prestação de um serviço público de qualidade, orientado para as necessidades da população, promotor da inclusão social e do desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores. A atuação desenvolvida durante 2025 reflete o empenho do novo Conselho Diretivo na consolidação de uma segurança social mais justa, eficiente, moderna e próxima das pessoas.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o Resultado Líquido do Exercício (RLE), do período findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de (-) 24 924 210,63€ é proposta a transferência para a conta 561 – Resultados transitados – De períodos anteriores.

7. PARECER FISCAL ÚNICO

Em anexo.

8. SUBVENÇÕES PÚBLICAS (ORAA)

Em anexo.

9. PUBLICAÇÕES

A conta de gerência será publicada nos seguintes sites:

[Instrumentos de Gestão - seg-social.pt](https://instrumentos-de-gestao-seg-social.pt)

<https://portal.azores.gov.pt/web/issa/instrumentos-de-gestao>

Angra do Heroísmo, 20 de março de 2026

O Conselho Diretivo